

RESENHA

DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

NÚMERO 128, 1º SEMESTRE DE 2021

Brasília
2021

COPYRIGHT © MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Zona Cívico-Administrativa
Brasília, DF, 70170-900
Site: gov.br/mre

Elaboração:

Daniela Oliveira Guerra
Letícia Rodrigues Clemente

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Programação visual e diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Especial de Comunicação social. – Ano 47, n. 128 (jan./jun. 2021). – Brasília : FUNAG, 2021.

85 p.

ISSN: 0101-2428

Semestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU: 32(05)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, DE 14/12/2004.

Elaborada por Elizabeth Mattos – CRB-1/1415
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

SUMÁRIO

1. NOTAS À IMPRENSA.....	7
1.1. Importação das doses da vacina da Astrazeneca/Oxford da Índia – Nota conjunta do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde	7
1.2. Declaração de Compromisso de Isenção de Restrições a Exportações para o PMA – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	8
1.3. Chegada do IFA da China para a produção, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de vacinas contra a Covid-19 – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde.....	9
1.4. Escolha da Dra. Ngozi Okonjo-Iweala para o cargo de Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)	10
1.5. Brasil passa a fazer parte do Protocolo de Nagoia – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente.....	10
1.6. Eventos recentes na Bolívia.....	11
1.7. Chegada ao Brasil do primeiro carregamento de doses de vacinas no âmbito da iniciativa “COVAX Facility” – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde.....	12
1.8. 30 anos do MERCOSUL: Reunião de chefes de Estado – 26/03/2021	13
1.9. Vacinas e patentes – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia, Ministério da Saúde e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	13

1.10. Brasil receberá mais de 800 mil doses da vacina da Pfizer - Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde	14
1.11. Covax anuncia que o Brasil receberá 4 milhões de doses da AstraZeneca em maio – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde	15
1.12. Adesão brasileira ao projeto do cabo de fibras óticas “Humboldt” – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério das Comunicações.....	15
1.13. Voo com brasileiros deportados dos EUA.....	16
1.14. Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança das Nações Unidas	17
1.15. Reeleição do Brasil ao Conselho da FAO.....	18
1.16. 3 milhões de vacinas Janssen doadas pelos EUA	18
2. COMUNICADOS CONJUNTOS.....	19
2.1. Declaração do Grupo de Lima	19
2.2. Declaração conjunta do BRICS sobre o Fortalecimento e a Reforma do Sistema Multilateral	20
3. DISCURSOS	29
3.1. Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU – Brasília, 22 de fevereiro de 2021	29
3.2. Intervenção do Ministro Ernesto Araújo durante webinar do Conselho do Atlântico sobre os 30 anos do MERCOSUL – 12 de março de 2021	31
3.3. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na VI Reunião Extraordinária de Presidentes do PROSUL (videoconferência) – 16 de março de 2021	35
3.4. Intervenções do Ministro Ernesto Araújo na XV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros do Exterior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – Brasília, 26 de março de 2021	38

3.5. Discurso de posse do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França – Brasília, 6 de abril de 2021.....	43
3.6. Mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Itamaraty – Brasília, 6 de abril de 2021	47
3.7. Exposição do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados – Brasília, 28 de abril de 2021.....	50
3.8. Intervenção do Ministro Carlos França pela celebração do Dia da África – Brasília, 25 de maio de 2021	62
3.9. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no 24º Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo – 7 de junho de 2021.....	69
4. ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO.....	71
4.1. Memorando de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão no Campo de Tecnologias Relacionadas à Produção e ao Uso de Nióbio e Grafeno	71
4.2. Memorando de Cooperação de Tomé-Açu entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão sobre o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia	74
5. ARTIGOS E ENTREVISTAS.....	79
5.1. “A Política Externa como Política Pública: Prioridades” – artigo do Minstro Carlos França ao <i>Interesse Nacional</i> , ano 14, n. 54, julho-setembro de 2021	79
6. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS.....	85
6.1. Post no X na ocasião da doação de carta pelo Instituto Vassouras Cultural ao arquivo histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro – 30 de junho de 2021	85

1. NOTAS À IMPRENSA

1.1. Importação das doses da vacina da Astrazeneca/Oxford da Índia – Nota conjunta do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde

O Governo brasileiro informa que os preparativos para buscar os dois milhões de doses da vacina contra a Covid-19 na Índia já estão em andamento. O voo da empresa aérea Azul será antecipado e sairá do Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), às 13h desta quinta-feira (14) com destino ao Recife (PE), de onde partirá direto para a cidade indiana de Mumbai. As vacinas estão previstas para chegar ao Brasil no próximo sábado (16) pelo Aeroporto do Galeão (RJ).

A viagem terá cerca de 15 mil quilômetros até a Índia. O Airbus A330neo é a maior aeronave da frota da companhia e estará equipado com contêineres específicos para garantir o controle de temperatura das doses de acordo com as recomendações do fabricante.

As doses foram produzidas pelo laboratório indiano Serum e compradas pelo Ministério da Saúde. A vacina da AstraZeneca/Oxford será distribuída aos estados em até cinco dias após o aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para, assim, dar início à imunização em todo o país, de forma simultânea e gratuita.

No Brasil, o Ministério da Saúde contará com o apoio das Forças Armadas para o transporte e segurança, conforme necessário.

O Ministério da Saúde tem o apoio da Azul e da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, por meio das companhias aéreas Gol, Latam e Voepass, para a logística de transporte gratuito da vacina para Covid-19. O Ministério das Relações Exteriores, por meio da Embaixada em Nova Delhi, realizou gestões junto às autoridades indianas e ao Instituto Serum da Índia, em seguimento à carta do Presidente Jair Bolsonaro ao Primeiro-Ministro Narendra Modi, de 8 de janeiro, e está apoiando as questões e trâmites internacionais da viagem.

O sucesso da aquisição das doses junto à matriz britânica e à produtora indiana da vacina demonstra o excelente momento das relações Brasil-Reino Unido e Brasil-Índia e a solidez dos relacionamentos estratégicos que mantemos com esses dois países.

Tanto com a Índia quanto com o Reino Unido o Brasil tem mantido, recentemente, frequentes contatos em alto nível, pautados por espírito de solidariedade e cooperação no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Nota à imprensa nº 5, publicada em 13/01/2021

1.2. Declaração de Compromisso de Isenção de Restrições a Exportações para o PMA – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Dentre os 164 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), 79, incluindo o Brasil, adotaram hoje, 21 de janeiro, em Genebra, declaração conjunta de compromisso em favor da isenção das aquisições para fins humanitários realizadas pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) da imposição de medidas de proibição ou restrição às exportações. O conjunto dos copatrocinadores representa mais de 70% das exportações agrícolas mundiais.

O Brasil vem tendo atuação destacada nas tratativas a respeito na OMC. Em junho último, o País já havia apoiado iniciativa do Grupo de Cairns que, entre outros compromissos no contexto da pandemia, propugnou pela isenção do PMA. A medida também está em linha com o compromisso assumido pelo Brasil no âmbito do G20 de continuar trabalhando com os organismos internacionais para coordenar ações e identificar e compartilhar boas práticas para facilitar os fluxos internacionais de bens e serviços necessários para a resposta à pandemia. O Brasil também tem acompanhado com atenção as discussões no âmbito da OCDE sobre o impacto da Covid-19 sobre a segurança alimentar, em que foi destacada a capacidade do País de manter sem interrupções seus compromissos de fornecimento global de alimentos. O engajamento do Brasil confirma o compromisso com a promoção da segurança alimentar não apenas em território nacional, mas em todo o mundo, auxiliando na realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 2.

O contexto da pandemia de Covid-19 e a imposição de medidas de proibição ou restrição às exportações de produtos agrícolas em 2020 ampliaram

os desafios já existentes para as operações do PMA. O Programa estima que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda nos países em que opera terá aumentado para 270 milhões até o fim de 2020, o que representa um aumento de 82% em relação ao nível pré-Covid-19.

O governo brasileiro estabeleceu importante parceria com o PMA para responder a apelos internacionais por ajuda humanitária. São exemplos dessas iniciativas humanitárias brasileiras, sempre em colaboração estreita com o PMA: i) a alimentação assegurada, em 2020 e 2021, a 5 mil crianças entre 6 a 59 meses na Namíbia e a 1.220 refugiados malineses da etnia Peul abrigados no campo de Sénou, a 30 km ao sul da capital Bamako; ii) o fornecimento e a distribuição de 4 mil toneladas de arroz beneficiado do Brasil para o Líbano e de outras 4 mil toneladas do mesmo produto para Moçambique, na esteira de desastres de grandes proporções (explosão no Porto de Beirute, em agosto de 2020, e ciclones que devastaram a capacidade de produção de alimentos de Moçambique em 2019).

Nota à imprensa nº 6, publicada em 21/01/2021

1.3. Chegada do IFA da China para a produção, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de vacinas contra a Covid-19 – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde anunciam a chegada ao Brasil no dia de hoje, 6/2, do primeiro lote de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) para a produção, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da vacina da AstraZeneca/Universidade de Oxford contra a Covid-19

Originário da China, o lote com cerca de 90 litros de IFA permitirá a produção de 2,8 milhões de doses de vacina em território nacional. As vacinas a serem produzidas em Bio-Manguinhos/Fiocruz serão distribuídas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Nota à imprensa nº 11, publicada em 06/02/2021

1.4. Escolha da Dra. Ngozi Okonjo-Iweala para o cargo de Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)

O Brasil congratula-se com os demais países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) pela escolha da Dra. Ngozi Okonjo-Iweala para o cargo de Diretora-Geral (DG) daquela organização, na reunião extraordinária virtual do Conselho Geral realizada hoje, 15 de fevereiro de 2021.

Okonjo-Iweala, de nacionalidade nigeriana, substitui o Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo no cargo de DG-OMC. Tal qual o Embaixador Azevêdo, a nova DG apresenta a combinação de liderança política e capacidade técnica, fundamentais para lidar com os desafios que hoje enfrentam a OMC e o sistema multilateral de comércio.

Para o Brasil, a OMC permanece como alicerce central do sistema multilateral de comércio. O Brasil está pronto a colaborar com a DG Ngozi Okonjo-Iweala, para fortalecer a OMC em sua missão fundamental de promover o livre comércio entre economias de mercado; estimular as reformas necessárias à Organização nos seus três pilares – negociações, solução de controvérsias e transparência; e assegurar resultados realistas e ambiciosos na 12ª Conferência Ministerial da OMC em 2021, especialmente em agricultura. O Brasil continuará trabalhando por um sistema multilateral de comércio com regras que favoreçam a prosperidade econômica e a geração de renda e empregos para os brasileiros.

Nota à imprensa nº 13, publicada em 15/02/2021

1.5. Brasil passa a fazer parte do Protocolo de Nagoia – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente

O Brasil depositou, hoje, na ONU, a carta de ratificação do Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), assinada pelo senhor presidente da República, Jair Bolsonaro.

A entrega da carta de ratificação encerra processo de debates que se estendia há anos no âmbito do Governo Federal e do Poder Legislativo. O engajamento do governo e o compromisso estabelecido entre representações do agronegócio e da área ambiental propiciaram a conclusão do processo de ratificação.

O Protocolo de Nagoia é um instrumento internacional que busca dar concretude ao pilar menos desenvolvido da CDB: o princípio do acesso aos recursos genéticos e a respectiva repartição dos benefícios oriundos do uso desses recursos.

O Brasil poderá participar das deliberações futuras no âmbito do Protocolo, que ocorrerão já a partir da próxima Conferência das Partes da CDB, na qualidade de país que dispõe de legislação avançada sobre biodiversidade e repartição de benefícios e que conta com um setor agropecuário moderno e com inestimáveis recursos genéticos derivados de seu patrimônio ambiental.

A adesão do Brasil ao Protocolo de Nagoia contribuirá para trazer segurança jurídica aos usuários e fornecedores de material genético e poderá desempenhar papel importante no processo de valorização dos ativos ambientais brasileiros, sobretudo no âmbito do pagamento por serviços ambientais e no desenvolvimento da bioeconomia.

O Brasil reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e seu engajamento com o sistema multilateral, ao mesmo tempo em que persegue sua autonomia tecnológica e econômica e o fortalecimento da soberania sobre os recursos naturais em seu território.

Nota à imprensa nº 21, publicada em 04/03/2021

1.6. Eventos recentes na Bolívia

O governo brasileiro acompanha com preocupação os acontecimentos em curso na Bolívia, onde a ex-Presidente Jeanine Áñez e várias autoridades de seu governo foram presas ou tiveram mandados de prisão decretados pelo Ministério Público boliviano, sob acusação relativa à prática de um alegado “golpe de Estado” quando da transição política em outubro-novembro de 2019. O governo brasileiro espera que o Estado de Direito seja plenamente respeitado na Bolívia no processo movido contra a ex-Presidente e outras autoridades.

Cumprе recordar que o Governo brasileiro apoiou a formação do Governo da Presidente Jeanine Áñez, a qual foi empossada em caráter provisório após a renúncia do então Presidente Evo Morales, motivada pela reação popular à tentativa de fraude eleitoral detectada pelas missões de observação da OEA e da UE. A posse da Presidente Áñez se deu de maneira constitucional, reconhecida pelas instituições bolivianas e em conformidade com o Artigo 1 do Protocolo de Ushuaia. Recorde-se, também, que o governo da Presidente

Jeanine Áñez convocou e realizou eleições livres e transferiu pacificamente o poder ao Presidente Luis Arce.

Nota à imprensa nº 27, publicada em 16/03/2021

1.7. Chegada ao Brasil do primeiro carregamento de doses de vacinas no âmbito da iniciativa “COVAX Facility” – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde

Neste domingo, 21 de março, o Brasil recebe o primeiro carregamento de doses da vacina Oxford/AstraZeneca contra a Covid-19, produzidas pelo laboratório sul-coreano SK Bioscience e adquiridas no âmbito da iniciativa “COVAX Facility”. Está prevista para as 18 horas, a chegada de 1.022.400 doses, no aeroporto de Guarulhos, São Paulo. Até o final de março, serão entregues mais 1,9 milhão de doses do mesmo fabricante.

O carregamento integra a primeira remessa da COVAX Facility ao Brasil, que totalizará 9,1 milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca, a serem entregues até maio de 2021. De acordo com o contrato de adesão do Brasil à iniciativa, firmado em 25 de setembro de 2020, o país terá acesso a 42,5 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19.

Como previsto no âmbito da COVAX Facility, a entrega ficou a cargo do Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS), mecanismo que há 35 anos auxilia os países da região ao promover o acesso a vacinas e produtos correlatos.

A distribuição das vacinas seguirá o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, sustentada pela tradição de sucesso do Programa Nacional de Imunização (PNI) do Sistema Único de Saúde do Brasil.

A chegada dessas doses faz parte do resultado de um inédito esforço internacional, do qual o Brasil participou ativamente, com vistas a facilitar o acesso a vacinas contra a Covid-19.

Nota à imprensa nº 30, publicada em 21/03/2021

1.8. 30 anos do MERCOSUL: Reunião de chefes de Estado – 26/03/2021

O Presidente da República Jair Bolsonaro participou hoje, 26 de março, por videoconferência, ao lado dos Ministros Ernesto Araújo e Paulo Guedes, da reunião de Chefes de Estado do MERCOSUL para celebrar os 30 anos da assinatura do Tratado de Assunção, que instituiu o MERCOSUL. Além dos Presidentes dos demais países do bloco, Argentina, Paraguai e Uruguai, também participaram do encontro os Presidentes da Bolívia e do Chile, estados associados.

O Brasil defende um MERCOSUL comprometido com os valores democráticos e o livre comércio e que constitua plataforma para a inserção vantajosa dos países nos mercados mundiais.

Nota à imprensa nº 33, publicada em 26/03/2021

1.9. Vacinas e patentes – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia, Ministério da Saúde e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

O Brasil copatrocina iniciativa na OMC para ampliar a produção e a distribuição de vacinas

O Brasil copatrocinará, com Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Nova Zelândia, Noruega e Turquia, iniciativa que defende o engajamento imediato da Organização Mundial do Comércio (OMC) nas negociações para a ampliação da produção e da distribuição de vacinas e de medicamentos que possam contribuir para a superação da pandemia da Covid-19. A iniciativa intitulada “Ampliando a Atuação da OMC nos Esforços Globais para a Produção e Distribuição de Vacinas e de Outros Produtos Médicos Contra a Covid-19” é convergente com as posições brasileiras históricas na matéria e com a busca por soluções responsáveis, transparentes e eficazes que o Brasil vem promovendo nos foros internacionais em resposta à pandemia.

A iniciativa encoraja a nova Diretora-Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, a mediar contatos entre desenvolvedores e fabricantes de vacinas e de outros equipamentos médicos, com vistas a: i) assegurar a identificação e o uso de capacidade instalada para a produção desses medicamentos; ii) facilitar a celebração de acordos de licenciamento para a transferência de tecnologia, expertise e know-how; e iii) identificar e resolver, de forma consensual, qualquer

barreira comercial à produção e à distribuição desses produtos, inclusive os relacionados à propriedade intelectual.

A proposta não só responde à necessidade de geração de consenso que sempre pautou a atuação brasileira na OMC, mas também coincide com a ideia esboçada pela nova DG da OMC, e compartilhada pelo Brasil, de uma “terceira via” que promova um engajamento efetivo e imediato de todos os membros da Organização no combate à pandemia de Covid-19.

O Brasil entende que o Acordo TRIPS compreende adequado conjunto de incentivos à inovação e de flexibilidades consagradas na Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública, inclusive à luz do princípio do interesse público, para enfrentar crises de saúde. O Brasil continuará a participar de todas as discussões na OMC sobre iniciativas para combater a pandemia, inclusive aquelas relacionadas ao sistema de propriedade intelectual.

É importante notar, finalmente, que todos os países-membros da OMC – o Brasil incluído – estão habilitados pelo Acordo TRIPS a decretar o licenciamento compulsório de patentes como forma de atender a imperativos de ordem pública, modalidade prevista na legislação nacional. A legislação brasileira está plenamente em linha com o Acordo de TRIPS e contém todos os dispositivos para estimular a inovação, a transferência de tecnologia e as variadas modalidades de acordos de licenciamento.

Nota à imprensa nº 37, publicada em 09/04/2021

1.10. Brasil receberá mais de 800 mil doses da vacina da Pfizer - Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde

O Governo Federal foi informado hoje (12/04) pelos coordenadores da Covax Facility que serão destinadas ao Brasil 842.400 doses da vacina da farmacêutica Pfizer/BioNTech contra a Covid-19. A previsão de entrega é para o mês de junho

O Ministério da Saúde tem 42,5 milhões de doses de vacinas contratadas com a COVAX Facility. A quantidade é suficiente para vacinar 10% da população brasileira. Até o momento, o Brasil já recebeu mais de um milhão de doses da vacina da AstraZeneca/Oxford por meio dessa iniciativa.

Cabe ressaltar que essas 842.400 doses não fazem parte das 100 milhões já contratadas pelo Ministério da Saúde diretamente com a farmacêutica.

Nota à imprensa nº 42, publicada em 12/04/2021

1.11. Covax anuncia que o Brasil receberá 4 milhões de doses da AstraZeneca em maio – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde

O governo brasileiro foi informado, pelos coordenadores da Covax Facility, de que será possível receber 4 milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca contra a Covid-19 em maio. Os imunizantes serão adquiridos via Fundo Rotatório da OPAS/OMS, mecanismo que há 35 anos auxilia os países da região ao promover o acesso a vacinas e produtos correlatos.

Em março, o Brasil recebeu o primeiro lote da Covax. Foram entregues pouco mais de 1 milhão de doses da AstraZeneca/Oxford, produzidas na Coreia do Sul pelo laboratório SK Bioscience.

A Covax é um inédito esforço internacional, do qual o Brasil participa ativamente. Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a produção de imunizantes contra a Covid-19, permite o acesso justo e igualitário às vacinas por meio das parcerias com os laboratórios.

Nota à imprensa nº 45, publicada em 17/04/2021

1.12. Adesão brasileira ao projeto do cabo de fibras óticas “Humboldt” – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério das Comunicações

O Brasil anunciou, hoje, sua adesão ao projeto do cabo de fibras óticas “Humboldt”, iniciativa chilena que prevê a instalação do primeiro cabo submarino para interligar a América do Sul à Oceania e à Ásia. Além do Brasil, Argentina, Austrália e Nova Zelândia já manifestaram sua participação no projeto.

O cabo, que contará com sistema de 8 fibras óticas e terá capacidade inicial de transmissão de dados de até 400 Gbps, conectará Valparaíso (Chile) a Sydney (Austrália), passando por Auckland (Nova Zelândia), em um total de 14.810 quilômetros de extensão. A conexão da Austrália com a Ásia será feita por 5 cabos já implantados e em funcionamento.

Ao ligar a América do Sul à Oceania e à Ásia, a iniciativa contribuirá para o aumento da redundância da conexão brasileira com a internet mundial, com melhoria da disponibilidade e da confiabilidade do sistema. Ademais, permitirá o aumento do volume do tráfego de dados do país com as regiões que mais crescem em demanda por internet no mundo.

O projeto também completará a conexão por fibra ótica do Brasil com seus vizinhos, consolidando a infraestrutura digital regional e posicionando o Brasil como líder da transformação digital e do mercado digital na região. Atualmente, Argentina, Brasil e Chile respondem por 80% do tráfego de internet na América do Sul.

A adesão brasileira ao projeto do cabo “Humboldt” vem somar-se a outras importantes iniciativas do governo brasileiro, como o leilão de frequências de 5G, que dinamizará o mercado nacional de telecomunicações, ao viabilizar aplicações industriais dessa tecnologia ultrarrápida, ultraestável e de latência (tempo de resposta aos comandos) mínima; e a conexão com a Europa, através do cabo submarino EllaLink, que intensificará a transmissão de dados com os principais continentes produtores de conteúdo e demanda e propiciará a redução de custos para as empresas e o aumento de eficiência nos processos produtivos.

Nos próximos meses, equipes técnicas dos países envolvidos aprofundarão as discussões sobre as modalidades financeiras e técnicas da participação do Brasil neste projeto de longo prazo. O volume total de investimentos do projeto foi orçado em cerca de US\$ 400 milhões, e o prazo da concessão público-privada que deverá operá-lo foi estimado em 25 anos.

Nota à imprensa nº 57, publicada em 13/05/2021

1.13. Voo com brasileiros deportados dos EUA

Está prevista para o dia 21 de maio a chegada, a Belo Horizonte, de voo fretado pelo governo dos Estados Unidos, com 106 cidadãos brasileiros deportados daquele país.

O processo de deportação ocorre integralmente sob as leis e a jurisdição soberana dos Estados Unidos. A definição da forma da deportação – por meio de voos comerciais ou fretados – se vincula a questões logísticas concernentes à operação.

O governo brasileiro foi notificado do voo e acompanha os desdobramentos, com vistas a assegurar que aos cidadãos brasileiros deportados seja estendido tratamento digno.

Os nacionais que retornam ao Brasil neste voo se encontram detidos, com ordem definitiva de deportação contra si, portanto sem perspectiva de

recuperarem a liberdade nos Estados Unidos. Em sua maioria, estão longe de familiares.

A realização do voo tem como objetivo primário reduzir, para esses cidadãos, o tempo de permanência em centros de detenção nos Estados Unidos, em particular no atual contexto da pandemia da Covid-19.

As repartições consulares brasileiras nos Estados Unidos seguem prestando toda a assistência consular cabível aos cidadãos brasileiros ainda detidos naquele país.

Nota à imprensa nº 59, publicada em 19/05/2021

1.14. Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança das Nações Unidas

O Brasil ocupará, no biênio 2022-2023, assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Será a 11ª vez que o País integrará o mais importante órgão responsável pela segurança coletiva internacional.

Nas eleições ocorridas hoje, em Nova York, durante a 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil recebeu 181 votos. O resultado reflete o reconhecimento da histórica contribuição brasileira para a paz e a segurança internacionais.

No Conselho de Segurança, o Brasil buscará traduzir em contribuições tangíveis a defesa da paz e da solução pacífica das controvérsias, dentre outros princípios inscritos na Constituição Federal de 1988 e na Carta das Nações Unidas. O País pretende, ainda, fortalecer as missões de paz da ONU e defender os mandatos que corroborem a interdependência entre segurança e desenvolvimento.

O Brasil estará em posição privilegiada para atestar seu compromisso com a reforma do CSNU, para resguardar a legitimidade da atuação das Nações Unidas diante dos múltiplos e complexos desafios enfrentados pela comunidade internacional.

O governo brasileiro aproveita a oportunidade para cumprimentar Albânia, Emirados Árabes Unidos, Gabão e Gana, que também foram eleitos na ocasião.

Nota à imprensa nº 70, publicada em 11/06/2021

1.15. Reeleição do Brasil ao Conselho da FAO

O Brasil foi reeleito, por aclamação e com o endosso da América Latina e do Caribe, para integrar o Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no período de 2022-2025. O atual mandato do Brasil se encerrará em junho de 2022.

O Conselho é o principal órgão decisório eleito na FAO, com poder de rever e alterar as decisões das demais instâncias da organização. Sua competência abrange tanto assuntos de administração, orçamento e planejamento, quanto questões de natureza substantiva – dos Comitês de Agricultura, Pesca, Florestas, Segurança Alimentar Mundial, além de outras instâncias técnicas, responsáveis por solos, recursos genéticos e biodiversidade.

Nota à imprensa nº 74, publicada em 17/06/2021

1.16. 3 milhões de vacinas Janssen doadas pelos EUA

O Brasil receberá, entre amanhã e sábado, 3 milhões de doses de vacinas contra Covid-19 da farmacêutica Janssen, doadas diretamente pelo governo dos Estados Unidos ao Brasil.

O primeiro lote partirá hoje à noite, 24/06, do Aeroporto de Fort Lauderdale (Flórida), e será desembarcado no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, sexta-feira (25/06), às 09h00. A chegada do segundo lote está prevista para o dia seguinte.

A doação humanitária foi coordenada pelo Ministério da Saúde e contou com ativa colaboração do Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Embaixada do Brasil em Washington e do Consulado-Geral do Brasil em Miami.

A pedido do Ministério da Saúde, o Consulado recebeu, em nome do governo brasileiro, a carga de vacinas e assinou o termo de doação negociado e aprovado pelo Ministério da Saúde e pelo Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA. Igualmente, a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foram instrumentais para viabilizar a operação.

O Governo brasileiro renova seu reconhecimento e agradecimento ao governo dos Estados Unidos por essa expressão concreta dos laços de amizade e solidariedade que unem os dois países.

Nota à imprensa nº 77, publicada em 24/06/2021

2. COMUNICADOS CONJUNTOS

2.1. Declaração do Grupo de Lima

1. Os signatários (*), países interessados na pronta solução da crise multidimensional que afeta a Venezuela, incluindo os membros do Grupo de Lima e outros países comprometidos com o retorno da democracia, declaramos o seguinte:
2. Não reconhecemos a legitimidade ou a legalidade da Assembleia Nacional instalada em 5 de janeiro de 2021. Essa Assembleia Nacional ilegítima é produto das eleições fraudulentas de 6 de dezembro de 2020, organizadas pelo regime ilegítimo de Nicolás Maduro.
3. No marco do direito do povo venezuelano à democracia, consagrado no artigo 1 da Carta Democrática Interamericana, assinalamos que a Constituição da República Bolivariana da Venezuela não perdeu sua validade ao deixar de ser observada pela ditadura de Nicolás Maduro.
4. Reconhecemos a existência da Comissão Delegada chefiada por sua legítima Junta Diretiva, estabelecida pela Assembleia Nacional, presidida por Juan Guaidó.
5. Apelamos à comunidade internacional para que se una ao desconhecimento e ao rechaço dessa Assembleia Nacional Ilegítima e apoie os esforços para a recuperação da democracia, do respeito aos direitos humanos e do Estado de Direito na Venezuela. Nesse sentido, destacamos a importância de buscar convergências com outros atores internacionais para canalizar uma resposta comum que contribua para a consecução desses objetivos.
6. Reiteramos nosso chamamento aos atores locais e internacionais, de todas as tendências ideológicas e filiações partidárias, a privilegiarem os interesses da Venezuela e a se comprometerem urgentemente com um processo de transição, definido e impulsionado pelos venezuelanos, para encontrar uma solução pacífica e constitucional que leve o país

a eleições presidenciais e parlamentares livres, justas e críveis o mais rapidamente possível.

(*) Os países signatários são: Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Paraguai, Peru e Venezuela.

Nota à imprensa nº 2, publicada em 05/01/2021

2.2. Declaração conjunta do BRICS sobre o Fortalecimento e a Reforma do Sistema Multilateral

1. Os Ministros de Relações Exteriores / Relações Internacionais da República Federativa do Brasil, da Federação da Rússia, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul se reuniram em 1 de junho de 2021 por meio de videoconferência. Por ocasião do 15º aniversário do BRICS, os Ministros defenderam seus valores compartilhados de paz, liberdade e estado de direito, respeito pelos direitos humanos e democracia, bem como de um sistema internacional multipolar mais justo, imparcial, inclusivo, equitativo e representativo, com base no direito internacional e na Carta das Nações Unidas, em particular a igualdade soberana de todos os Estados, o respeito pela sua integridade territorial e o respeito mútuo pelos interesses e preocupações de todos.
2. Os Ministros notaram que a pandemia de Covid-19, ao longo do último ano e meio, se manifestou como um dos desafios globais mais sérios da história recente, causando imensuráveis danos políticos, econômicos e sociais, e deste modo nos lembrando que, em um mundo interligado, o multilateralismo verdadeiramente eficaz e representativo não é mais um ideal abstrato a ser evocado apenas em questões de guerra e paz, mas uma ferramenta essencial para garantir a governança bem-sucedida de questões da vida cotidiana e promover o bem-estar das pessoas e um futuro sustentável para o planeta. Os Ministros reafirmaram que somente juntos a comunidade internacional pode construir resiliência contra futuras pandemias e outros desafios globais.
3. Os Ministros concordaram que o 15º aniversário do BRICS, logo após o 75º aniversário da criação das Nações Unidas e do fim da Segunda Guerra Mundial em 2020, e a fúria sem precedentes da pandemia

fornece um contexto importante para esforços conjuntos voltados ao fortalecimento e à reforma do sistema multilateral a fim de torná-lo mais resiliente, eficiente, eficaz, transparente e representativo.

4. Os Ministros reiteraram seu compromisso com o multilateralismo por meio da defesa do direito internacional, incluindo os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas como sua pedra angular indispensável, e com o papel central das Nações Unidas em um sistema internacional no qual Estados soberanos cooperam para manter a paz e a segurança, promover o desenvolvimento sustentável, garantir a promoção e proteção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, com o objetivo de construir um futuro compartilhado mais brilhante para a comunidade internacional, com base na cooperação mutuamente benéfica. Reafirmaram os princípios da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados e da solução de disputas internacionais por meios pacíficos e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, bem como a inadmissibilidade da ameaça ou do uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado, ou de qualquer outra forma inconsistente com os propósitos e princípios das Nações Unidas. Enfatizaram ainda o imperativo de se abster de quaisquer medidas coercitivas não baseadas no direito internacional e na Carta das Nações Unidas.
5. Os Ministros reafirmaram a autoridade exclusiva do Conselho de Segurança da ONU para impor sanções e conclamaram por uma maior consolidação e fortalecimento dos métodos de trabalho dos Comitês de Sanções do Conselho de Segurança da ONU para garantir sua eficácia, responsividade e transparência.
6. Os Ministros reafirmaram que o multilateralismo deve promover o direito internacional, a democracia, a equidade e a justiça, o respeito mútuo, o direito ao desenvolvimento e a não intervenção nos assuntos internos de qualquer país, sem critérios duplos.
7. Os Ministros reconheceram as muitas realizações da ONU e de sua estrutura associada. Observaram, no entanto, que seu contínuo êxito e relevância seriam determinados por sua capacidade de se adaptar às realidades do mundo de hoje, que é claramente diferente do que era na época de sua criação, há mais de 75 anos. Enfatizaram seu compromisso com o importante papel das organizações internacionais e com a

melhora de sua eficácia e seus métodos de trabalho, bem como com o aprimoramento do sistema de governança global, e concordaram em promover um sistema mais ágil, eficaz, representativo e responsável que possa oferecer melhores resultados no terreno, enfrentar os desafios globais e servir melhor os interesses dos estados membros.

8. Os Ministros reconheceram que os atuais desafios internacionais interconectados devem ser enfrentados por meio de um sistema multilateral revigorado e reformado, especialmente o da ONU e seus principais órgãos, e outras instituições multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial da Saúde (OMS), com o objetivo de aprimorar sua capacidade para enfrentar com eficácia os diversos desafios de nosso tempo e adaptá-los às realidades do século XXI.
9. Os Ministros concordaram que a tarefa de Fortalecimento e Reforma do Sistema Multilateral engloba, *inter alia*, o seguinte:
 - i. Deve tornar os instrumentos de governança global mais inclusivos, representativos e participativos a fim de facilitar uma participação maior e mais significativa dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, especialmente da África, nos processos e estruturas de tomada de decisão globais e torná-la mais sintonizada com as realidades contemporâneas.
 - ii. Deve basear-se na consulta e colaboração inclusivas em benefício de todos, respeitando a independência soberana, a igualdade, os interesses e preocupações legítimos mútuos, a fim de tornar as organizações multilaterais mais responsivas, eficazes, transparentes e críveis.
 - iii. Deve tornar as organizações multilaterais mais responsivas, eficazes, transparentes, democráticas, objetivas, orientadas para a ação e para a solução e críveis, de modo a promover a cooperação na construção de relações internacionais com base nas normas e princípios do direito internacional e no espírito de respeito mútuo, justiça, igualdade, cooperação mutuamente benéfica e nas realidades do mundo contemporâneo.
 - iv. Deve usar soluções inovadoras e inclusivas, inclusive ferramentas digitais e tecnológicas para promover o desenvolvimento

sustentável e facilitar o acesso viável e equitativo aos bens públicos globais para todos.

- v. Deve fortalecer as capacidades dos estados individuais e das organizações internacionais para melhor responder aos desafios novos e emergentes, tradicionais e não tradicionais, inclusive os que emanam do terrorismo, da lavagem de dinheiro, do domínio cibernético, das “infodemias” e das notícias falsas.
- vi. Deve promover a paz e segurança internacionais e regionais, o desenvolvimento social e econômico e preservar o equilíbrio da natureza com a cooperação internacional centrada em pessoas.

Principais Órgãos das Nações Unidas

- 10. Os Ministros relembrou a Resolução 75/1 da AGNU e reiteraram o apelo por reformas dos principais órgãos das Nações Unidas. Reafirmaram seu compromisso de incutir nova vida às discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU e a continuar o trabalho para revitalizar a Assembleia Geral e fortalecer o Conselho Econômico e Social. Tomaram nota com satisfação da Revisão 2020 da Arquitetura de Consolidação da Paz e concordaram em reforçar sua coordenação na Comissão de Consolidação da Paz.
- 11. Os Ministros relembrou o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 e reafirmaram a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, inclusive de seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo, eficaz e eficiente, e para aumentar a representação dos países em desenvolvimento para que possa responder adequadamente aos desafios globais. China e Rússia reiteraram a importância que atribuem ao status e ao papel do Brasil, Índia e África do Sul nos assuntos internacionais e apoiaram sua aspiração de desempenhar um papel mais relevante na ONU.
- 12. Os Ministros também elogiaram a Índia e a África do Sul por seus respectivos mandatos, atual e recente, exercidos no Conselho de Segurança da ONU. Também reconheceram a candidatura do Brasil a membro do Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2022-2023.
- 13. Os Ministros enfatizaram a urgência da revitalização da Assembleia Geral da ONU de modo a aumentar seu papel e autoridade em consonância com a Carta das Nações Unidas, e a esse respeito conclamaram pela identificação das melhores práticas e métodos

de trabalho em suas várias Comissões na implementação de suas resoluções.

14. Os Ministros reafirmaram seu compromisso de fortalecer o papel do ECOSOC na orientação, supervisão e coordenação de políticas. Conclamaram o Conselho a continuar a abordar as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental – de maneira equilibrada e integrada, reconhecendo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como um conjunto de metas transformadoras e universais abrangentes, indivisíveis, de longo alcance e centradas nas pessoas, adotadas para lidar com os desafios da próxima década, inclusive por meio de iniciativas de desenvolvimento regional. Os Ministros concordaram que as Nações Unidas precisam tornar o desenvolvimento central para a estrutura de macro política global.
15. Os Ministros enfatizaram a importância de preservar uma abordagem equilibrada e uma divisão racional do trabalho entre os diferentes órgãos principais, missões, agências e fundos, com base na Carta das Nações Unidas e em mandatos específicos.
16. Os Ministros reconheceram que, para cumprir efetivamente com os princípios e objetivos da Carta, havia a necessidade de um Secretariado da ONU eficiente e responsável e, a este respeito, conclamaram pelo estabelecimento de mecanismos eficazes para fortalecer a responsabilidade e a supervisão do Secretariado, aprimorar seu desempenho de gestão e transparência, sua representação e reforçar a conduta ética. Os Ministros conclamaram pela implementação de uma representação geográfica equitativa em todo o sistema das Nações Unidas. Os Ministros notaram o progresso feito no aumento da equidade de gênero na ONU.

Paz e Segurança Internacionais

17. Os Ministros conclamaram por esforços contínuos para fortalecer o sistema de controle de armas, os tratados e acordos de não proliferação e desarmamento e para preservar sua integridade com vistas a manter a estabilidade global e a paz e a segurança internacionais, e enfatizaram ainda a necessidade de manter a eficácia e eficiência bem como a natureza consensual dos instrumentos multilaterais relevantes no campo do desarmamento, não proliferação e controle de armas.

Arquitetura Financeira Internacional

18. Os Ministros reafirmaram seu compromisso de ampliar e fortalecer a participação de mercados emergentes e países em desenvolvimento (EMDCs) nos processos de tomada de decisão econômica e definição de normas internacionais, especialmente após a pandemia de Covid-19. Para esse fim, eles enfatizaram a importância de continuar os esforços para reformar a arquitetura financeira internacional, observando que aprimorar a voz e a participação dos EMDCs, incluindo os países menos desenvolvidos, nas instituições de Bretton Woods permanece uma preocupação contínua.
19. Os Ministros reafirmaram seu compromisso com uma Rede de Segurança Financeira Global forte, com um FMI baseado em quotas e adequadamente financiado em seu centro e expressaram sua profunda decepção com o fracasso em abordar as reformas de quotas e governança na 15ª Revisão Geral de Quotas (GRQ). Conclamaram pela conclusão oportuna e bem-sucedida da 16ª GRQ até 15 de dezembro de 2023, para reduzir a dependência do FMI de recursos temporários e abordar a sub-representação dos EMDCs com vistas a seu envolvimento significativo na governança do FMI e para proteger a voz e a porcentagem de quotas de seus membros mais pobres e menores e para ter uma nova fórmula de quotas que reflita melhor o peso econômico dos membros.
20. Os Ministros conclamaram por uma reforma da governança nos processos de recrutamento do Banco Mundial e do FMI, garantindo a seleção por meio de um processo aberto e baseado no mérito, notando que o verdadeiro potencial do Banco e do Fundo seria realizado apenas com a construção de estruturas de governança mais democráticas e com o fortalecimento da sua capacidade financeira.

Comércio e Desenvolvimento

21. Os Ministros reafirmaram seu apoio a um sistema multilateral de comércio transparente, baseado em regras, aberto, inclusivo e não discriminatório, com a Organização Mundial do Comércio em seu centro, e a esse respeito reiteraram seu apoio à urgente e necessária reforma que, inter alia, preservaria a centralidade, os valores essenciais e os princípios fundamentais da OMC, e consideraria os interesses de todos os membros, inclusive os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos (PMDs), reconhecendo que a maioria dos

membros da OMC são países em desenvolvimento. É crítico que todos os membros da OMC evitem medidas unilaterais e protecionistas que sejam contrárias ao espírito e às regras da OMC.

22. Os Ministros enfatizaram a necessidade de restaurar o funcionamento normal de todas as funções da OMC, conforme destacado na Declaração Conjunta dos Ministros do Comércio do BRICS sobre o Sistema Multilateral de Comércio e a Reforma da OMC, de 2020. Enfatizaram a importância primária de garantir a restauração e preservação do funcionamento normal de um sistema de Solução de Controvérsias da OMC em duas fases, inclusive a célere nomeação de todos os membros do Órgão de Apelação.
23. Os Ministros reconheceram que a governança econômica global em um mundo cada vez mais interconectado é de importância crítica para o êxito de esforços nacionais a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável em todos os países e que, embora esforços tenham sido feitos ao longo dos anos, ainda há a necessidade de se continuar aprimorando a governança econômica global e fortalecer o papel das Nações Unidas a esse respeito com amplas consultas e contribuições conjuntas para os benefícios compartilhados.
24. Os Ministros reiteraram o importante papel da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento no tratamento integrado de comércio e desenvolvimento, finanças, tecnologia, investimento e desenvolvimento sustentável e reafirmaram o apoio a seu mandato vital e à promoção de uma economia global aberta e inclusiva e o fornecimento de análises de políticas voltadas para o desenvolvimento.

Saúde Global

25. Os Ministros reconheceram que os atuais desafios globais, particularmente a pandemia de Covid-19, são uma poderosa advertência do imperativo de fortalecer a cooperação entre os estados. Ao reconhecer as medidas tomadas pela OMS, governos, organizações sem fins lucrativos, academia, empresas e indústria no combate à pandemia, eles também esperam que a comunidade internacional reforme e fortaleça as respostas políticas da OMS para combater a pandemia de Covid-19 e outros desafios de saúde atuais e futuros.
26. Os Ministros reconheceram o papel da ampla imunização contra a Covid-19 como um bem público global para a saúde na prevenção,

contenção e interrupção da transmissão para pôr fim à pandemia e promover uma recuperação rápida, inclusiva, sustentável e resiliente, e, nesse contexto, sublinharam a urgência de um célere desenvolvimento e entrega de vacinas contra a Covid-19, especialmente nos países em desenvolvimento, e conclamaram por uma cooperação mais estreita entre as várias partes interessadas para um leque diversificado de vacinas.

27. Os Ministros enfatizaram a necessidade de se promover iniciativas destinadas a assegurar o acesso rápido, viável e equitativo, bem como a distribuição de diagnósticos, terapias, medicamentos e vacinas, e tecnologias e produtos de saúde essenciais, e seus componentes, bem como equipamentos de combate à pandemia de Covid-19 e de apoiar a realização de cobertura de saúde universal inclusive medidas e ações preventivas. Os Ministros reafirmaram a necessidade de usar todas as medidas relevantes durante a pandemia, inclusive apoiar análise em andamento na OMC sobre uma isenção de Direitos de Propriedade Intelectual da vacina contra a Covid-19 e o uso de flexibilidades do acordo TRIPS e da Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública. Também reiteraram a necessidade de compartilhamento de doses de vacinas, transferência de tecnologia, desenvolvimento de capacidades locais de produção e cadeias de abastecimento de produtos médicos, a promoção da transparência de preços e conclamaram ao exercício da devida contenção na implementação de medidas que possam dificultar o fluxo de vacinas, produtos de saúde e insumos essenciais.
28. Os Ministros reafirmaram o compromisso de fortalecer e reformar o sistema multilateral por meio de cooperação aprimorada e coordenação estreita em todos os foros multilaterais e organizações internacionais relevantes, inclusive a ONU e o G20.

Nota à imprensa nº 65, publicada em 01/06/2021

3. DISCURSOS

3.1. Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU – Brasília, 22 de fevereiro de 2021

Senhora Presidente, Embaixadora Nazhat Shameem,

Senhora Alta Comissária,

Membros do Conselho de Direitos Humanos,

Senhoras e Senhores,

Tenho a satisfação de dirigir-me a todos, nesta quadragésima sexta sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, ao lado de minha querida colega, a Ministra Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O Brasil valoriza este Conselho como espaço indispensável, onde nações soberanas podem debater as questões mais urgentes que afetam os direitos humanos no mundo.

Acreditamos que o Conselho enfrenta, hoje, alguns dos desafios mais sérios desde sua criação. As bases do Direito Internacional dos Direitos Humanos foram assentadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que definiu claramente as liberdades fundamentais como elemento determinante da dignidade de todas as pessoas.

No entanto, as liberdades fundamentais são hoje ameaçadas por desafios crescentes e a crise da Covid apenas contribuiu para exacerbar essas tendências. Sociedades inteiras estão se habituando à ideia de que é preciso sacrificar a liberdade em nome da saúde. Não critico as medidas de lockdown ou semelhantes, que tantos países aplicam, mas não se pode aceitar um lockdown do espírito humano, o qual depende fundamentalmente da liberdade e dos direitos humanos para exercer, assim, sua plenitude.

Assim, reafirmamos nossa determinação de, em conjunto com todas as nações, trabalharmos por uma ordem internacional que honre os padrões estabelecidos na Declaração Universal e em outros tratados internacionais de direitos humanos, diante dos desafios do presente.

E o grande desafio de hoje é aquilo que chamo de tecnototalitarismo: do bloqueio de plataformas e sites, até o controle de conteúdos e informações, das medidas judiciais e leis que criminalizam atividades online até o emprego abusivo ou equivocado de algoritmos, a maré crescente de controle da internet por diferentes atores, movidos por objetivos econômicos ou ideológicos, precisa ser detida.

As Tecnologias de Informação e Comunicação trouxeram-nos a promessa de novas plataformas para a liberdade de expressão, de acesso mais fácil e amplo à informação. Mas essas tecnologias têm sido cada vez mais submetidas à censura, à vigilância e à criação de mecanismos de controle social.

Qualquer tecnologia traz um potencial de libertação, criatividade e bem-estar e, ao mesmo tempo, traz também um potencial destrutivo. Ao longo de toda a aventura humana, desde a descoberta do fogo até a energia nuclear, o desafio de cada época foi sempre o de incorporar as novas tecnologias em favor do bem da humanidade.

O século XXI é o século da tecnologia da informação, da inteligência artificial, e nossa tarefa é garantir que essas tecnologias sirvam para libertar e engrandecer o ser humano, a partir da sua dignidade intrínseca, e não para submetê-lo ou apequená-lo, transformando cada homem e cada mulher numa simples coleção de dados a serem explorados.

Está em nossas mãos garantir que a tecnologia trabalhe a favor e não contra os direitos humanos, a democracia e o estado de direito. Com espírito de abertura e diálogo, o Brasil conchama todos a discutir, com urgência e profundidade, o tema da liberdade de expressão diante das novas tecnologias – uma discussão que talvez venha a ser lembrada pelas gerações futuras como o grande debate do nosso tempo – e convida a estabelecer instrumentos para garantir que, mais uma vez, a humanidade seja capaz de realizar um salto tecnológico sem cair no abismo da autodestruição

Tenho o prazer de passar a palavra agora à Ministra Damares Alves.

3.2. Intervenção do Ministro Ernesto Araújo durante webinar do Conselho do Atlântico sobre os 30 anos do MERCOSUL – 12 de março de 2021

Muito obrigado, Embaixadora Capricia Marshall, todos os amigos do Conselho do Atlântico, especialmente o Centro Adrienne Arsht, Dr. Fred Kempe, Jason Marczak, todos os Ministros das Relações Exteriores aqui presentes, meus caros colegas e amigos da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, outros amigos que reconheci no debate anterior, Paula Dobriansky, Landon Loomis, Gabrielle Trebat, tantos amigos de meu tempo em Washington.

Há trinta anos, quando os Chefes de Estado do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai se reuniram em Assunção para constituir o Mercosul, o mundo estava testemunhando o triunfo das democracias liberais e dos mercados livres sobre as economias estatais e as sociedades totalitárias.

Da mesma forma, o Mercosul nasceu do compromisso de quatro líderes livremente eleitos com a superação de décadas de políticas econômicas protecionistas malsucedidas impostas à região.

Quando nosso país assinou o Tratado de Assunção, reconhecemos que a democracia, o livre comércio e a abertura ao mundo eram a chave para a prosperidade e o bem-estar de nossos cidadãos. A liberdade política e econômica é um princípio enraizado no DNA do MERCOSUL. Essas são as premissas que inspiraram os esforços atuais do Brasil para proporcionar e ajudar o projeto de integração regional a atingir um impulso renovado.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para falar especificamente sobre como o Brasil percebe o MERCOSUL após estes trinta anos.

Em primeiro lugar, é importante salientar que vemos a primazia da democracia em nosso projeto de integração. E, nesse sentido, deixe-me mencionar uma questão que não podemos varrer para debaixo do tapete. O MERCOSUL tem um quinto membro e esse quinto membro, a Venezuela, está ausente hoje. Quatro anos após sua suspensão por violação do compromisso democrático, esse país ainda não cumpriu as condições para ser acolhido de volta ao grupo. A Venezuela é uma nação irmã, querida por todos nós, cujo lugar é aqui conosco, desde que os venezuelanos retomem seu país da quadrilha que o governa pela força, pela intimidação e pela humilhação de seu próprio povo. O MERCOSUL pode ser, e espera-se que seja em breve, um instrumento para reintegrar a Venezuela, uma Venezuela livre, ao mundo.

O compromisso do MERCOSUL com a democracia, que é um compromisso contratual obrigatório, estava presente em seu início e, para o Brasil, continua sendo um princípio central agora. A suspensão da Venezuela por violar esse compromisso mostra que, no MERCOSUL, levamos a democracia muito a sério.

Às vezes se afirma que a questão da Venezuela é ideológica e que diferentes abordagens sobre a Venezuela são ideológicas. Esse não é o caso. Eu tenho repetido frequentemente – a democracia não é uma ideologia. A luta pela dignidade humana contra o crime organizado não é ideológica.

Não podemos ignorar as ameaças reais à democracia em nossa região e não podemos substituir uma política econômica sólida por slogans, que podem soar bem, mas não nos ajudarão a resolver os problemas reais: não atrairão investimentos, não criarão empregos e não modernizarão nossas economias.

Uma comparação interessante a ser feita é aquela entre o MERCOSUL e a ASEAN, a Associação das Nações do Sudeste Asiático. Por exemplo, se você olhar onde estávamos em 1991 e onde estamos agora, verá que a ASEAN teve um desempenho muito melhor que nossos países, basicamente, pensamos, porque optou pela abertura comercial enquanto, no Mercosul, nem sempre optamos pela abertura comercial – que foi a vocação original do bloco –, mas recorremos em muitas circunstâncias a fazer discursos e até a flertar com o MERCOSUL como instrumento, não para nos integrar ao resto do mundo, mas para nos isolar do resto do mundo.

E posso confessar aqui, e me dói dizê-lo, que o Brasil, sob administrações anteriores, fez parte dessa concepção equivocada do MERCOSUL; que o Brasil viu, particularmente no período do início dos anos 2000 até 2010, mais ou menos, o MERCOSUL como um instrumento para evitar a integração ao resto do mundo.

Utilizamos o MERCOSUL, por exemplo, para evitar a ideia ou o projeto da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, que, podemos argumentar, teria transformado nossas economias se tivéssemos nos tornado parte dela sem perder a identidade do MERCOSUL.

De qualquer forma, pensamos que o livre comércio é um pilar do MERCOSUL. Os quatro países-membros sempre trabalharam para uma maior abertura comercial entre eles, bem como para melhorar sua integração em nível regional e internacional. Pelo menos, é isso que deveríamos ter feito e o que estamos fazendo agora.

No início, demos um primeiro passo, construindo uma rede, ou começando a construir uma rede de acordos de livre comércio dentro da América do Sul e, em 2019, quando a eliminação gradual das tarifas foi concluída, esses esforços culminaram na formação do que equivale a uma área de livre comércio na América do Sul, com as exceções da Guiana e do Suriname.

Esse é um esforço que não foi, digamos, um afastamento do impulso original do MERCOSUL. Essa ideia e essa realidade, agora, do MERCOSUL como parte de um processo de integração sul-americana é algo que prosperou.

Um segundo passo foi ir além da América do Sul. Somente tentativas tímidas foram feitas, por muitos anos, com acordos de escopo limitado com a Índia, por exemplo, a União Aduaneira da África Austral, ou Israel.

Mas, nos últimos dois anos, finalmente conseguimos dar um novo impulso à agenda externa do MERCOSUL. Isso foi totalmente convergente com nossa administração, a abordagem da administração do Presidente Bolsonaro, não só para o MERCOSUL, mas também para a relação do Brasil com o resto do mundo.

O Brasil finalmente decidiu se abrir para o mundo e alcançar todas as oportunidades perdidas a fim de se tornar um ator-chave nas cadeias globais de fornecimento, na nova estrutura do comércio global. Para nós, no Brasil, a abertura, a privatização, a proposta de adesão à OCDE e outros aspectos – tudo isso faz parte do mesmo esforço de mudança em casa. Naturalmente, ele cria uma nova estrutura para nosso engajamento com o mundo. Mas, em âmbito interno, ele faz parte do projeto de mudança de um antigo sistema de governança que, infelizmente, se baseou na corrupção em muitos casos, era centrado no Estado, propenso à má gestão e propício ao atraso e à desindustrialização.

Assim, começamos a corrigir as muitas políticas mal orientadas que o Brasil havia adotado ao longo de muitos anos. E o Mercosul fazia parte desse novo impulso. Víamos o Mercosul como uma plataforma que, de nosso ponto de vista, poderia ajudar imensamente o Brasil a realizar esse novo projeto.

Com isso em mente, e graças, em parte, a esse novo impulso no Brasil, o MERCOSUL concluiu as negociações de livre comércio com a UE, após 20 anos, em junho de 2019, e com a Associação Europeia de Livre Comércio, em agosto do mesmo ano. Essas foram as primeiras negociações concluídas pelo Mercosul com países altamente competitivos e desenvolvidos. E agora estamos plenamente envolvidos em outros modernos acordos de livre comércio com parceiros importantes como Canadá, Coreia do Sul e Singapura.

Podemos dizer que recuperamos o livre comércio como um elemento-chave também na agenda interna do Mercosul e não apenas com o resto do mundo. Desde o início, de nosso ponto de vista – naturalmente, falo do ponto de vista do Brasil –, vemos o impulso que trouxemos ao MERCOSUL como uma razão para o progresso que fizemos também na integração interna e não apenas na integração externa.

Tivemos muitas iniciativas e avanços novos, como a aprovação de um acordo de facilitação de comércio, que foi imensamente importante, acordos sobre o reconhecimento mútuo de indicações geográficas, acordos sobre o comércio eletrônico, e também começamos a abordar algumas questões pendentes no bloco, como o açúcar e a indústria automotiva.

Outro progresso de que nos orgulhamos e que vem de épocas anteriores, por assim dizer, do MERCOSUL, mas que agora revela sua utilidade, é o FOCEM, o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, pelo qual o bloco investiu mais de um bilhão de dólares em muitos projetos e, recentemente, alocou 16 milhões de dólares para o esforço de combate à Covid.

Basicamente, e para concluir, o MERCOSUL, por mais que estejamos sentimentalmente ligados a ele – como eu mesmo, e lembro com muito carinho que não estive lá para a assinatura do acordo, mas mais tarde, no mesmo ano de 1991, em meus primeiros meses como diplomata de carreira, trabalhei na primeira cúpula do MERCOSUL em Brasília, em dezembro de 1991 –, apesar disso, desse aspecto sentimental, que é importante, nossa política comercial, nossa inserção global no mundo, nossa estratégia de desenvolvimento, de prosperidade, para trazer novas oportunidades a nossos povos, não pode se basear apenas nesse apego sentimental, nem na profunda amizade que existe e sempre existirá entre nossos povos.

Devemos ir além disso e desenvolver essa amizade e esse apego. Devemos gerar resultados concretos. Devemos gerar oportunidades para as pessoas, para as empresas, oportunidades para que nossos países superem modelos fracassados do passado.

O MERCOSUL – e eu volto ao início, ao cenário de trinta anos atrás – é filho daquele primeiro momento da globalização. Sua primeira cúpula, em dezembro de 1991, foi realizada alguns dias antes da dissolução da União Soviética, por exemplo. Portanto, somos contemporâneos desse novo mundo que começou a se abrir no início de 1991. E o MERCOSUL nasceu sob as estrelas que estavam no céu naquele momento, por assim dizer, as estrelas da democracia e do livre comércio, da liberdade política e econômica andando

de mãos dadas como meio para a realização humana e a prosperidade. Não nascemos sob as estrelas do politicamente correto ou do tecnototalitarismo, que vemos ameaçar hoje a liberdade em nossos países, muito menos em uma atmosfera onde vemos os narcorregimes ainda, infelizmente, florescendo em nossa região. Não era isso o que o Mercosul era ou deveria ser originalmente.

Hoje vemos, olhando para o mundo, pelo menos essa é nossa perspectiva aqui no Brasil, que, infelizmente, o mundo inteiro está perto de abandonar aquele sonho do início dos anos 90, o sonho das liberdades econômica e política andando de mãos dadas, esse mundo centrado em torno da liberdade. E temos a oportunidade de renovar esse sonho, tanto no mundo quanto no MERCOSUL.

O mundo deixou que a ideia e o sentimento da liberdade fossem excluídos do centro das discussões internacionais. O Brasil, agora, quer ajudar a corrigir isso, seja em nível global ou regional. E o MERCOSUL pode fazer parte deste novo mundo com a liberdade em seu centro.

Muito obrigado.

3.3. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na VI Reunião Extraordinária de Presidentes do PROSUL (videoconferência) – 16 de março de 2021

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Mauricio Claver-Carone,

Agradeço ao Presidente Iván Duque por ter convocado a reunião de hoje para discutirmos alguns dos desafios incontornáveis de nossa região, em particular a superação da crise sanitária e a necessidade urgente de retomada do crescimento econômico. Estas são duas grandes prioridades de nosso Governo.

Antes de tratarmos da temática econômica, cumpre recordar que a defesa e promoção da democracia é um dos princípios basilares do ProSul. Nesse sentido nos preocupam os acontecimentos em curso na Bolívia, nosso vizinho e país irmão, onde a ex-presidente Jeanine Áñez e outras autoridades foram presas sob a alegação de participação em golpe, que nos parece totalmente descabido. Esperamos que a Bolívia mantenha em plena vigência o Estado de Direito e a convivência democrática.

A ação dos Estados soberanos para mitigar os efeitos nocivos da Covid-19 na economia e na sociedade tem se mostrado decisiva.

Temos contado também com o apoio fundamental de instituições internacionais de crédito aliadas à nossa causa. Por essa razão, vemos como muito oportuna esta reunião do PROSUL às vésperas da Assembleia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

A pandemia suspendeu as atividades da cadeia produtiva de nossos países e teve impactos severos sobre os níveis de emprego e renda em todo o mundo.

Por trás das estatísticas, nos solidarizamos com milhões de famílias que, sem o amparo dos Governos nacionais, perderiam seus meios de subsistência, sua segurança alimentar e sua dignidade como seres humanos.

A situação é ainda mais grave em países como os nossos, onde número significativo de pessoas precisa buscar seu sustento e de seus familiares por meio da informalidade, muitas vezes trabalhando de dia para pagar a comida da noite, sem garantia de uma renda mínima.

Para enfrentar essa situação, nosso Governo criou um dos maiores programas sociais do mundo, prestando auxílio emergencial a mais de 67 milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade, àqueles que não têm emprego ou que trabalham no setor informal. Os pagamentos totalizaram mais de 50 bilhões de dólares. Neste momento, trabalhamos para estender o auxílio emergencial do Governo federal por mais alguns meses, até que consigamos superar a situação lamentável que temos hoje.

Assim como ocorreu em quase todo o mundo, as medidas de combate à Covid-19 tiveram enorme impacto fiscal no Brasil, equivalente a cerca de 8,6% do nosso PIB.

Ressalto que o FMI qualificou a resposta do Governo brasileiro à pandemia como “rápida e substantiva” e deixou clara a importância do comprometimento das autoridades, mesmo nas atuais circunstâncias, com o teto de gastos e o equilíbrio fiscal. Temos mantido esse compromisso.

Em 2020, o PIB brasileiro apresentou recuo de 4,1%, o que corresponde a menos da metade da queda projetada por especialistas no início da pandemia. Em razão das medidas tomadas por nosso Governo, a economia brasileira iniciou sua trajetória de recuperação já no quarto trimestre do ano passado, com crescimento de 3,2% em relação ao trimestre anterior.

Estamos firmemente determinados a aprovar iniciativas que irão permitir o crescimento sustentado da nossa economia nos próximos anos, como a reforma administrativa, a reforma tributária, a Nova Lei de Falências e a privatização de empresas estatais.

Buscamos também estabelecer marcos regulatórios que fortaleçam a segurança jurídica, melhorem o ambiente de negócios e ampliem os investimentos em diversos setores, como, por exemplo, os de petróleo e gás, de infraestrutura viária, de saneamento e de bioeconomia.

Mesmo diante dos desafios da pandemia, não podemos nos esquecer da ameaça do crime organizado que continua a pairar sobre nossa região. Precisamos redobrar nossos esforços conjuntos na luta contra o narcotráfico, o terrorismo e outras formas de criminalidade.

Consideramos que um dos grandes desafios do pós-pandemia será aumentar os fluxos de investimentos voltados a financiar o desenvolvimento sustentável na nossa região. O PROSUL nos proporciona uma ótima oportunidade de coordenação para o enfrentamento desse desafio e a retomada econômica de nossos países. E, para isso, é fundamental o apoio de instituições parceiras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Outro desafio do Brasil é atrair mais investimentos para a área de infraestrutura. Por isso, temos todo o interesse na participação da iniciativa privada em diferentes projetos no País, em especial os do Programa de Parcerias de Investimentos, o PPI.

Em um cenário de forte pressão sobre as finanças públicas, é crucial promover concessões e parcerias público-privadas que mobilizem recursos suficientes para impulsionar o desenvolvimento do Brasil. Já obtivemos muitos progressos, mas queremos avançar ainda mais em áreas como transporte, logística e saneamento urbano.

É com satisfação que também destaco o alinhamento do BID a essas prioridades em sua estratégia para o Brasil no período 2019-2022.

O Banco tem contribuído de modo crucial com nossos esforços para tornar o Estado brasileiro mais eficiente e fortalecer o nosso ambiente de negócios.

Registro, igualmente, meu entusiasmo com a estruturação da Iniciativa Amazônica, voltada ao financiamento do desenvolvimento sustentável naquela região e que deverá ser debatida em uma das sessões paralelas à Assembleia Anual do BID.

Em 2019, o Brasil enviou ao Banco proposta para a criação de um fundo não apenas de financiamento, mas também de mobilização de capital privado voltado a estimular o enorme potencial da bioeconomia amazônica. Fico contente de ver que aquela proposta está se tornando uma realidade.

Aproveito para me juntar ao Presidente Iván Duque no apelo aos demais organismos financeiros internacionais para que apoiem, de forma decisiva e coordenada, nossos esforços de enfrentamento da pandemia e de seus efeitos econômicos e sociais extremamente nocivos a nossos países.

Estejam seguros de ter no Brasil um parceiro determinado a trabalhar para promover o desenvolvimento sustentável da nossa região amazônica e da América do Sul, com amparo na livre iniciativa e na abertura econômica, em prol do bem-estar, da segurança e da prosperidade de nossas populações.

Muito obrigado.

3.4. Intervenções do Ministro Ernesto Araújo na XV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros do Exterior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – Brasília, 26 de março de 2021

Primeira Intervenção

Muito obrigado, senhor Ministro Rui Figueiredo,

Senhor Secretário-Executivo,

Caros colegas, amigos,

Gostaria, inicialmente, de reiterar que, desde o início da pandemia e, em certos casos, até antes da notificação do primeiro caso da Covid-19, o Brasil tem adotado as medidas consistentes com a resposta à crise sanitária.

Um bom exemplo disso é que, ainda em fevereiro de 2020, foi criada a chamada Rede Vírus, que é uma rede de mais de mil pesquisadores dessa área de virologia, no Brasil, que, desde então estão trabalhando para a identificação, o sequenciamento genético dos vírus, acompanhamento de variantes e trabalhando com projetos que parecem animadores, hoje, de novas vacinas, inclusive, que poderiam ser desenvolvidas no Brasil.

E, ao longo de todo esse tempo, o governo brasileiro, o governo do Presidente Jair Bolsonaro, o próprio Presidente, tem dado atenção total a todos os aspectos da pandemia e procurado preparar o Brasil, como o restante do mundo, para enfrentar e superar esse flagelo.

Lembro que o esforço fiscal que o Brasil fez para o combate à Covid-19 já chega a 8,5% do nosso Produto Interno Bruto, um patamar que está mesmo acima da média dos países desenvolvidos, que é de 7,1%, e dos países emergentes, que é de 4,3%.

Além dos investimentos na saúde pública, nós prestamos assistência financeira emergencial a mais de 67 milhões de brasileiros, dos grupos mais vulneráveis, o que lhes permitiu enfrentar a pandemia, manter sua renda, especialmente os trabalhadores do setor informal e os desempregados. Esses benefícios tiveram um custo aproximado, até agora, de 47 bilhões de dólares, e essa extensão desse auxílio emergencial foi aprovada recentemente pelo Congresso brasileiro.

Medidas especiais também foram adotadas para proteger, por exemplo, a população indígena, respeitando suas especificidades culturais e geográficas. Já adiantando uma informação sobre o percentual de população vacinada, enquanto a população geral do Brasil, hoje, já foi vacinada em uma taxa de 6%, ou seja, 6% da população já vacinada, no caso da população indígena, esses números já estão próximos de 70%. São uma prioridade para o nosso programa nacional de vacinação.

No âmbito multilateral, o Brasil tem participado de todas as iniciativas destinadas a promover a solidariedade na busca de soluções efetivas para a crise sanitária que assola todos os países.

O Brasil defende o acesso igualitário a vacinas, também testes diagnósticos e tratamentos seguros, eficazes e de alta qualidade. Nós acreditamos ser essencial a promoção de mecanismos de transferência de tecnologia para fortalecer os sistemas nacionais de saúde.

Defendemos que a COVAX contribua, de maneira decisiva, ao acesso equitativo à vacina para todos os países, de acordo com as suas necessidades. O Brasil, inclusive, apresentou a sua candidatura para fazer parte da Comissão Executiva da COVAX, com o objetivo de contribuir ativamente para a iniciativa.

Lembro, também, que o Brasil destinou 148 milhões de dólares, contribuiu com 148 milhões de dólares, para a COVAX num momento em que ainda não existiam vacinas, a COVAX era um projeto de desenvolvimento de vacinas; foi, digamos assim, uma aposta de futuro, e deu certo, com a contribuição, claro, de muitos outros países, e hoje a COVAX é, talvez, uma das grandes esperanças, claro, de todos nós para o acesso equitativo à vacina.

Estamos engajados, também, no ACT Accelerator e no Solidarity Call to Action, que são importantes iniciativas internacionais para promover o desenvolvimento e garantir o acesso a todas as ferramentas e insumos necessários para o combate à pandemia.

Em relação à OMC, às discussões na Organização Mundial do Comércio, o Brasil deseja contribuir para uma solução concreta e pragmática que facilite o aumento concreto de disponibilidade de vacinas para todos, claro, com grande atenção para os países mais vulneráveis. Estamos trabalhando com todos os interlocutores na OMC e acreditamos que, especificamente, as ideias da nova Diretora-Geral, Doutora Ngozi Okonjo-Iweala, podem ser um bom caminho, um caminho efetivo, para os objetivos de, através do sistema multilateral de comércio, chegar a mais vacinas para todos, que esse é o objetivo final desse trabalho.

O Brasil tem trabalhado, também, em estreita colaboração com a Organização Pan-Americana de Saúde, através da qual, com países vizinhos, nós temos fortalecido os sistemas de saúde, contribuído para compartilhar melhores práticas com nossos vizinhos. E desejamos aprofundar esses laços, mas também, registro mais uma vez aqui, queremos aprofundar, com grande ênfase, a colaboração com os países da CPLP nesses temas.

Aqui, dentro do nosso país, estamos garantindo à nossa população acesso gratuito, universal e igualitário à vacinação, como dizia, priorizando os grupos mais vulneráveis e os de maior risco de contaminação. Já aplicamos mais de 14 milhões de doses da vacina, de diferentes vacinas, e já temos, como dizia, cerca de 6% da população brasileira tendo recebido, ao menos, a primeira dose, que, como se sabe, na grande maioria das vacinas, no caso das que nós aplicamos, já é uma dose que inicia um processo de imunização. E esperamos que, ainda no primeiro semestre, concluamos a vacinação dos grupos-alvo, dos grupos prioritários.

Ao mesmo tempo, o restante da população, temos certeza, poderá ser vacinado nos meses seguintes, no segundo semestre. Já temos contratadas mais de 500 milhões de doses de vacinas até o final de 2021. Claro que isso não significa disponibilidade de vacinas, esse é um problema que tem se dado em todo o mundo, a discrepância entre o número de doses contratadas e o número de doses efetivamente disponíveis, mas queremos trabalhar, claro, com toda a comunidade internacional para que todas essas promessas, essas perspectivas se efetivem aqui, como em todos os países, e permitam que aqui, como em todas as demais nações, nós tenhamos a disponibilidade de vacinas o mais rapidamente possível.

Portanto, nós estamos comprometidos em trabalhar, ao mesmo tempo, na imunização da nossa população e na garantia de acesso universal de imunização a todos os países. Enfrentamos, hoje, um momento difícil, na nossa realidade,

pelo aumento no número de casos e no número de vítimas, devido ao aumento da contaminação, existência de nova cepa, mas, em nenhum momento, nós deixamos de lado essa perspectiva de equilíbrio entre o desejo, o compromisso total de vacinar a nossa população e de ajudar a nossa população a enfrentar a Covid, e os nossos compromissos, o nosso desejo sincero de cooperar com toda a comunidade internacional.

Então, reitero que o Brasil está à disposição para cooperar aqui na CPLP em tudo o que estiver ao nosso alcance, para superar esse momento difícil de toda a comunidade internacional.

Muito obrigado.

Segunda Intervenção

Muito obrigado, senhor Ministro Rui Figueiredo, muito obrigado por essa atenção de antecipar a ordem. Quero saudá-lo, assim como, novamente, ao Secretário-Executivo, a todos os colegas.

Peço esta compreensão porque tenho que me deslocar justamente para uma reunião de cúpula virtual do MERCOSUL, onde acompanharei o presidente Jair Bolsonaro, no dia em que nós comemoramos os 30 anos do MERCOSUL, que é o principal projeto de integração sul-americano e que se reforçará muito, tenho certeza, agora nesse próximo período. Inclusive, temos falado de uma importantíssima iniciativa, já de anos, do nosso bloco, que é o acordo com a União Europeia. Então, queria saudar aqui pessoalmente, nesse sentido, o Ministro Augusto Santos Silva, como presidente atual da União Europeia, que, nesses 30 anos, sempre foi um parceiro fundamental do MERCOSUL e o será cada vez mais. Então, tomo esta oportunidade.

E, ao mesmo tempo, dizer que na nova agenda negociadora que nós prevemos, queremos que haja uma grande prioridade para toda a África e, portanto, para a grande maioria dos países da CPLP, sem esquecer, claro, também o Timor-Leste.

Também queria expressar minhas condolências pela trágica explosão ocorrida na Guiné Equatorial e mencionar que o Brasil está prestando ajuda humanitária, na forma de doação para aquisição de alimentos, através do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas.

Dito isso, queria entrar no assunto da mobilidade. Dizer que a razão desta reunião é muito nobre. Vamos expressar nosso endosso político ao projeto de acordo sobre mobilidade no espaço da CPLP. Mencionar que desde

a primeira vez que Cabo Verde apresentou a ideia, já se passaram três anos e nesse período dedicamos nossos melhores esforços negociadores para alcançar um consenso que fosse confortável a todos. O Brasil participou ativamente de todas as reuniões técnicas realizadas, enviando delegação composta por especialistas de várias agências, e eu pessoalmente sempre instruí toda representação do Ministério das Relações Exteriores a que desse atenção máxima à consecução desse acordo. Quero cumprimentar todos aqueles que participaram do processo negociador.

Gostaria de sublinhar os termos conquista e comunidade. Entendo que a CPLP, nos seus quase 25 anos de existência, avançou muito, começando pela compreensão unânime dos Estados membros em favor de uma concertação de visões e, sobretudo, de valores comuns, por meio de um diálogo franco e em pé de igualdade.

Para além da concertação política, no entanto, a CPLP propicia, cada vez mais, uma densa rede de relações e de intercâmbio entre agentes estatais e não estatais, nas mais diversas áreas da vida pública e social. Nossas sociedades estão cada vez mais próximas e aprendendo umas com as outras. Na nossa imensa heterogeneidade, a CPLP envia ao mundo uma mensagem de paz, solidariedade, tolerância e diálogo. Todas essas conquistas têm enorme valor simbólico, político e prático, mas o projeto de acordo sobre a mobilidade do espaço CPLP se reflete no cotidiano da nossa gente, permitindo que as nossas sociedades se aproximem ainda mais.

Considerando a heterogeneidade que caracteriza o grupo, como afirmei, o novo acordo constitui passo significativo rumo à maior mobilidade de nossos cidadãos, para que sejamos uma verdadeira comunidade de pessoas, dentro dos marcos legais de cada Estado membro. O Brasil sempre esteve comprometido com o tema da mobilidade na CPLP, desde nossa ratificação e cumprimento dos acordos de Brasília de 2002, e a recente ratificação do acordo sobre a concessão de vistos para estudantes nacionais dos Estados membros da CPLP. Ao longo das negociações do projeto de acordo sobre a mobilidade, insistimos em que os princípios da flexibilidade e da adequação aos contextos nacionais fossem balizadores permanentes, pois sabíamos que apenas eles permitiriam um engajamento efetivo de todos os Estados membros com o instrumento, para que chegássemos ao final do processo com êxito. Estamos orgulhosos e comprometidos com o resultado alcançado.

Gostaria de me congratular com a Presidência de turno cabo-verdiana que, diante das imensas dificuldades impostas pelo surgimento da pandemia,

se esforçou por levar adiante o seu programa e por nortear a negociação do acordo. Esse legado ficará para sempre registrado na história da CPLP.

Saúdo igualmente a equipe do Secretariado-Executivo, que sob a liderança do senhor Secretário-Executivo, Embaixador Francisco Ribeiro Telles, e do senhor Diretor-Geral, Embaixador Armindo de Brito Fernandes, não poupou esforços para manter vivas as atividades da organização nos períodos mais críticos da pandemia. Mais do que isso, os competentes quadros do Secretariado foram cruciais na proposição e organização de uma série de reuniões destinadas a refletir acerca do impacto da pandemia sobre as diferentes áreas de atuação dos governos, assim como fizemos, aqui, no primeiro ponto da nossa agenda.

Por fim, aproveito a oportunidade para fazer dois anúncios: o primeiro é que, neste início do ano, o Brasil logrou quitar uma das anuidades devidas à CPLP. Estamos cientes da situação do secretariado, em termos financeiros, e não temos deixado de envidar todos os esforços para garantir a preservação e aperfeiçoamento da edificação institucional da Comunidade. E o segundo anúncio diz respeito à língua portuguesa. Tenho orgulho de informar a Vossas Excelências que, no último dia 23 de março, teve início a 7.^a edição do curso de português para diplomatas africanos em Brasília, iniciativa da CPLP proposta, financiada e implementada pelo Brasil. Os desafios impostos pela pandemia não foram pequenos, mas foi possível retomar o curso em formato virtual.

A repercussão desse projeto foi extremamente positiva, tanto que o grupo de embaixadas da América Latina e Caribe solicitou uma iniciativa semelhante, que será inaugurada, também brevemente, para os diplomatas latino-americanos e caribenhos.

Tudo isso exemplifica a diversidade e a qualidade da nossa cooperação, que hoje alcança esse marco fundamental, que é o acordo sobre a mobilidade. Vida longa à CPLP.

Muito obrigado.

3.5. Discurso de posse do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França – Brasília, 6 de abril de 2021

Começo por agradecer ao Presidente da República a confiança em mim depositada. Vossa Excelência sabe que continuará a contar com meu empenho integral.

A meu antecessor, Embaixador Ernesto Araújo, agradeço o apoio na transição.

O momento é de urgências. E o Presidente Bolsonaro instruiu-me a enfrentá-las. Essa é a nossa missão mais imediata.

Sublinho aqui três delas: a urgência no campo da saúde, a urgência da economia e a urgência do desenvolvimento sustentável.

A primeira urgência é o combate à pandemia da Covid-19. Sabemos todos que essa é tarefa que extrapola uma visão unicamente de governo. E que, no Governo, compete também ao Itamaraty, em conjunto com o Ministério da Saúde.

As missões diplomáticas e os consulados do Brasil no exterior estarão cada vez mais engajados numa verdadeira diplomacia da saúde. Em diferentes partes do mundo, serão crescentes os contatos com governos e laboratórios, para mapear as vacinas disponíveis. Serão crescentes as consultas a governos e farmacêuticas, na busca de remédios necessários ao tratamento dos pacientes em estado mais grave. São aportes da frente externa que podemos e devemos trazer para o esforço interno de combate à pandemia. Aportes que não bastam em si, mas que podem ser decisivos.

Meu compromisso é com a intensificação e a maior articulação das ações em curso. Maior articulação no âmbito do Itamaraty; maior articulação com outros órgãos públicos, com o Congresso Nacional. Assim serão maiores as chances de que nosso trabalho diplomático se traduza em resultados para a vida dos brasileiros.

Meu compromisso, enfim, é engajar o Brasil em intenso esforço de cooperação internacional, sem exclusões. E abrir novos caminhos de atuação diplomática, sem preferências desta ou daquela natureza.

Na Organização Mundial do Comércio, por exemplo, estamos trabalhando por uma iniciativa sobre Comércio e Saúde. E recebemos de modo positivo as declarações da nova Diretora-Geral sobre a necessidade de um consenso amplo que garanta acesso a vacinas, com mais produção e melhor distribuição.

A tarefa não é simples. Ninguém ignora que existe no mundo hoje uma escassez de insumos médicos. Mas asseguro que os recursos da nossa diplomacia permanecerão mobilizados para atender às demandas das autoridades de saúde.

Uma segunda urgência é econômica. Como ensina o Presidente Bolsonaro, o brasileiro quer vacina e quer emprego. E para crescer, e gerar mais empregos, a agenda da modernização da economia é fundamental. Essa não é agenda

estritamente doméstica, por mais cruciais que sejam – e são – as reformas que o Presidente da República promove aqui dentro.

Não há modernização sem mais comércio e investimentos, sem maior e melhor integração às cadeias globais de valor – daí o significado da nossa pauta de negociações comerciais. Não há modernização sem a exposição do País aos mais elevados padrões de políticas públicas – por isso é importante nosso cada vez mais estreito relacionamento com a OCDE. Não há modernização sem abertura ao mundo – e por essa razão a nossa política externa tem um sentido universalista, sempre guiado pela proteção de nossos legítimos interesses.

Por fim, temos a urgência climática. É urgência em outra escala de tempo – mas é urgência.

Aqui, como em outras áreas, vemos diante de nós a oportunidade de manter o Brasil na vanguarda do desenvolvimento sustentável e limpo.

Temos a mostrar ao mundo uma matriz energética que é predominantemente renovável. Um setor elétrico que, três vezes mais limpo do que a média mundial, já pode ser considerado de baixo carbono.

Temos a mostrar uma produção agropecuária que, além de ser capaz de alimentar o planeta, tem a marca da sustentabilidade. Quarenta anos de investimentos em ciência nos permitiram produzir mais com relativamente menos terra e com melhor uso do solo. Quem importa alimentos do Brasil, Presidente Bolsonaro, importa tecnologia.

Temos a mostrar, ainda, uma legislação ambiental – o Código Florestal – que é das mais rigorosas do mundo. Ou uma Contribuição Nacionalmente Determinada, ao amparo do Acordo de Paris, que é das mais ambiciosas dentre os países em desenvolvimento.

Não se trata de negar os desafios, que obviamente persistem. O fato é que o Brasil, em matéria de desenvolvimento sustentável, está na coluna das soluções.

Senhoras e senhores,

O diálogo é essencial na resposta a todas essas urgências: a sanitária, a econômica e a ambiental.

O Brasil sempre foi ator relevante no amplo espaço do diálogo multilateral. Isso não significa, como é evidente, aderir a toda e qualquer tentativa de consenso que venha a emergir, nas Nações Unidas ou em outras instâncias.

Não precisa ser assim e não pode ser assim. O que nos orienta, antes de tudo, são nossos valores e interesses. Em nome desses valores e interesses, continuaremos a apostar no diálogo como método diplomático. Método que abre possibilidades de arranjos e convergências que sempre soubemos explorar em nosso favor. O consenso multilateral bem trabalhado também é expressão da soberania nacional.

Outro lugar onde o diálogo se impõe é a nossa vizinhança. Os acordos nucleares do Brasil com a Argentina, por exemplo, que já têm mais de três décadas, são símbolo do predomínio da cooperação sobre a rivalidade. O MERCOSUL, que também completa três décadas, representa uma etapa construtiva da integração com nossos vizinhos. E é preciso ir além, abrindo novas oportunidades.

Senhor Presidente,

Não será suficiente dialogar com outros países. Esse é o mínimo, é a alma do nosso negócio.

Diante das urgências que somos chamados a enfrentar, e no encaminhamento de tantas outras questões, mantereí canais abertos também dentro do nosso País – com meus colegas de Esplanada, com os Poderes da República, com os setores produtivos, com a sociedade. São canais indispensáveis, inclusive, na solução de pendências administrativas que legitimamente afligem os integrantes do serviço exterior brasileiro.

Foi assim que aprendi, no Itamaraty, a entender o ofício do diplomata: um construtor de pontes.

Senhoras e senhores,

No Itamaraty aprendi, também, que a política externa é uma política pública que, como tal, deve estar a serviço das prioridades dos brasileiros. Comprometo-me a buscar incessantemente a compreensão exata dos desafios do momento e a escutar as demandas da sociedade.

Tenho em mente a obra do Barão do Rio Branco, que tão bem soube promover, nas circunstâncias de sua época, a conjugação entre a abertura para o mundo, a defesa da paz e do direito, e o fortalecimento da nossa soberania.

É essa linha de continuidade que nos cabe atualizar a cada geração. E é nesse espírito que assumo as funções com que Vossa Excelência me distinguiu, Presidente Jair Bolsonaro.

Penso em colegas de diferentes gerações com quem tenho tido o privilégio de conviver – gente de alto preparo e de genuína devoção ao Brasil. Penso

em antigos chefes com quem tanto aprendi e a quem tanto devo. Esse é o Itamaraty que me cabe agora, honrado, dirigir. Estejam certos de que terão o melhor de mim.

Não subestimo, Presidente, a dimensão dos desafios, mas maior é nossa vontade coletiva de acertar.

Muito obrigado.

3.6. Mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Itamaraty – Brasília, 6 de abril de 2021

Senhoras e senhores Embaixadores, senhores Secretários e Chefes de Departamento, os colegas todos,

Decidi que um dos meus primeiros atos após a posse seria dirigir-me diretamente à Casa, neste momento sem precedentes de crise sanitária, onde é mais fundamental do que nunca que mantenhamos o espírito de coesão institucional e um canal aberto de comunicação entre nós.

A pandemia impõe desafios especiais ao Itamaraty – tanto na gestão da nossa política exterior, aqui na Secretaria de Estado, quanto em nossa rede de 218 embaixadas, delegações, consulados, vice-consulados e escritórios, no Brasil e no exterior.

A pandemia afetou as vidas de todos, em todo o mundo, e nós não somos exceção. Estou muito sensível à situação dos milhares de diplomatas, oficiais de chancelaria, assistentes de chancelaria e outros servidores, todos colegas que compõem a família do Serviço Exterior Brasileiro, da qual há 30 anos orgulhosamente faço parte.

Tenho plena consciência dos imensos esforços – e frequentemente dos sacrifícios – dos colegas. São esforços e sacrifícios necessários para manter a excelência do trabalho que fazemos em nome do Brasil e, ao mesmo tempo, lidar com questões às vezes inéditas, e não menos complexas, na esfera pessoal e familiar.

Para as nossas famílias com filhos em idade escolar, a pandemia impôs carga adicional de cuidados, que se agravou no exterior, como sabemos, onde não contamos com rede mais ampla de apoio.

Prezados colegas,

Sei que as dificuldades que o Itamaraty vive não são apenas circunstanciais e relacionadas à pandemia. Tenho bem presentes os desafios crônicos e as

deficiências estruturais que também enfrentamos e que nos impactam de diferentes maneiras. Penso, por exemplo, em temas de progressão funcional; limitações orçamentárias; gargalos de gestão administrativa; dificuldades de lotação, particularmente nos postos C e D; participação e representação das mulheres na carreira de diplomata; e na aplicação do abate-teto no exterior, que afeta muitos funcionários em postos com custo de vida elevado.

Eu e o Secretário-Geral designado, Embaixador Fernando Simas Magalhães, não pouparemos esforços para enfrentar esses e outros desafios – sempre atentos às demandas e ao sentimento da Casa, e com o objetivo maior de melhorar nosso ambiente de trabalho, racionalizar métodos e fomentar o enorme talento humano de nossa instituição.

Eu me permito aqui fazer uma observação pessoal. Os primeiros cinco anos da carreira eu vivi na administração. Aqui no Ministério, foi na administração que eu nasci, em uma época de particular escassez de recursos financeiros e orçamentários. Essa era a realidade em que nasci e que fui criado aqui na Casa. Eu estou muito ciente e muito sensível a essa questão.

Gostaria também de recordar, e me permito fazê-lo sem desconsiderar a experiência de outros colegas, que, dos 12 anos que passei no exterior – 12 anos consecutivos –, mais da metade, seis anos e meio, foram cumpridos em postos da classe C, onde a vida frequentemente é difícil, e onde o profissionalismo dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro é testado dia a dia. Eu vivi pessoalmente essas experiências; essas palavras são palavras que vêm realmente do meu sentimento.

Da mesma maneira, eu gostaria de lembrar que venho da turma Ulisses Guimarães, uma turma que teve como Paraninfa uma mulher, a embaixadora Tereza Maria Machado Quintella, de modo que logo ao início da minha carreira, já antes, no Instituto Rio Branco, antes até de tomar posse como Terceiro Secretário, era presente a questão de gênero, a questão da representação das mulheres na nossa carreira. Devo lembrar até – Otávio Brandelli, nosso Secretário-Geral, o embaixador Brandelli é um colega de turma, há tantos outros aqui, Pedro Miguel, outros que vejo, Pedro Wollny, Sarquis, não estou enxergando direito, então vou parar de citar, senão não cito os outros – lembrar que a primeira embaixadora da minha turma foi a embaixadora Gisela Maria Figueiredo Padovan, foi a primeira colega de turma a ser promovida embaixadora. Foi promovida junto com o embaixador Haroldo, mas ela foi a primeira, porque mais antiga. De modo que essas questões não são questões vazias, não são questões que coloquei no papel apenas para que sejam interesses

corporativos. São, mas são questões às quais eu estive submetido, eu estive sensível desde o início de minha carreira, desde que entrei aqui no Itamaraty, há 30 anos atrás.

Estimados colegas,

O Itamaraty sempre esteve – e continuará a estar – à altura do momento.

Todos conhecemos as contribuições desta Casa para o Brasil. Nosso acervo diplomático é motivo de justificado orgulho.

A hora é oportuna para recordar que a renovação, a adaptação e a superação de desafios são marcas indelévels da diplomacia brasileira.

Gostamos sempre de lembrar, e com razão: vivemos hoje em um país com o quinto maior território no mundo graças a uma linhagem diplomática que começou antes da Independência e passa por nomes como Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro e o Barão do Rio Branco. Se vivemos em paz com nossos dez vizinhos há mais de 150 anos, também isso devemos à visão de nosso Patrono.

Apenas para mencionar área em que trabalhei diretamente, a da energia, evoco o exemplo de diplomatas visionários cujo trabalho abriu caminho para a construção da usina binacional de Itaipu, que transformou a infraestrutura brasileira e impulsionou nosso desenvolvimento econômico. Itaipu, é sempre bom repetir, foi resultado de delicada composição de interesses com dois de nossos mais importantes vizinhos estratégicos.

Novamente com o concurso da diplomacia, fomos capazes de, em plena Guerra Fria, desenvolver um programa de energia nuclear, com fins exclusivamente pacíficos, outra legítima demanda do desenvolvimento soberano.

E, claro, temos ainda uma tradição de relevantes serviços prestados à comunidade brasileira no exterior. É o ponto de contato mais direto e pessoal do Itamaraty com a população que representamos e defendemos. Quero relembra as bem-sucedidas missões de repatriação de mais de trinta mil brasileiros retidos no exterior por ocasião da pandemia. Elas são mais um exemplo da dedicação e do profissionalismo que constituem os traços distintivos do nosso Serviço Exterior. Traços que só fazem sobressair em fases críticas como a que agora atravessamos.

Esse é o Itamaraty que sempre nos inspira: o Itamaraty que encara as dificuldades de cada momento e que as vence; que identifica oportunidades na adversidade; que reconhece seus melhores talentos e os mobiliza para

promover o interesse nacional; que compreende o valor da transmissão da experiência acumulada às gerações mais modernas.

O patrimônio mais precioso do Itamaraty, não há dúvida, são as pessoas que o compõem. Quero dialogar com a Casa, na certeza de que o diálogo e o debate respeitoso são a chave para o nosso crescimento institucional.

Como de outras vezes, chegaremos ao fim da atual crise mais fortes e confiantes. E o faremos com sentido de unidade, de responsabilidade e profissionalismo.

Não subestimo, é claro, os desafios que teremos pela frente. Mas sinto-me seguro para enfrentá-los, porque sei do que somos capazes de alcançar coletivamente, num quadro de confiança recíproca e trabalho colaborativo.

Sei que, ao lidar, um a um, com aqueles desafios, terei o apoio de cada um de vocês.

Muito obrigado.

3.7. Exposição do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados – Brasília, 28 de abril de 2021

Antes de mais nada, gostaria de agradecer, aqui, na pessoa do Presidente Aécio Neves, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados a oportunidade desta sessão. É um prazer e é uma honra estar aqui.

Cumprimento, também, o Deputado Coronel Armando, Segundo Vice-Presidente da CREDN, e, em nome dele, também, todas as Senhoras e Senhores Parlamentares.

Em meu pronunciamento de posse, falei em diálogo. De fato, não se concebe nem se executa uma política externa sem diálogo. Diálogo para fora do País, como é próprio da diplomacia, mas também diálogo para dentro do País, como é próprio da democracia.

Nesse esforço de diálogo para dentro, o Congresso Nacional é certamente um interlocutor fundamental. É fundamental pelo que representa – os interesses da sociedade brasileira em sua ampla diversidade. É fundamental

pela experiência que acumula e pelos aportes que pode oferecer à ação do Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, se compareço a esta sessão para falar, venho aqui também para ouvir. Os desafios do momento são grandes demais para que qualquer um de nós pretenda ter o monopólio das soluções. Nunca é assim, menos ainda em tempo de urgências tão agudas.

As nossas urgências já estão mapeadas: a urgência da pandemia, a urgência da economia e a urgência do desenvolvimento sustentável. Ao assumir o Itamaraty, conversei sobre cada uma delas com o Presidente Jair Bolsonaro. E tenho dele a orientação clara de enfrentá-las.

Uma primeira observação, singela, é que não será fácil. Os parlamentares aqui presentes sabem disto melhor do que eu, mas digo até para os que nos assistem em diferentes cantos do Brasil: não há passes de mágica. O que há, sim, de minha parte, é uma disposição total para trabalhar e para acertar. Uma disposição total para decompor os problemas nas suas múltiplas variáveis e para atacá-las, com método e paciência, uma a uma. Digo de minha parte, mas posso – e devo – dizer, também, da parte do conjunto dos funcionários do Itamaraty, cujo sentido de missão e de serviço a nosso País pude uma vez mais confirmar nestes primeiros dias de gestão.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Conscientes da dimensão dos desafios, minha equipe e eu estamos desde a primeira hora inteiramente mobilizados. Em menos de um mês, acho que dei mais telefonemas do que, em outras condições, teria dado em um ano. Foram conversas com outros Chanceleres, da região e de fora dela. Foram conversas com colegas da Esplanada. Foram – na verdade, têm sido e continuarão a ser – conversas com interlocutores os mais variados, no Brasil e no exterior, na tentativa de erguer pontes que nos ajudem a cuidar das nossas urgências.

Começo pela questão da saúde pública – a emergência sanitária. Nossas missões no exterior vêm empenhadas em obter acesso a vacinas e a outros medicamentos para o combate à Covid-19. Por iniciativa própria, ou por chamamento do Ministério da Saúde, têm feito o melhor para identificar possibilidades e oportunidades.

Mais recentemente, a busca por suprimentos para o chamado “kit intubação” tem sido uma das prioridades. Seja para obter doações, quando é o caso, seja para levantar oferta disponível para compra, nossas Embaixadas, Consulados e outras representações não têm poupado esforços. Em Washington, já cuidamos

de viabilizar aquisições por meio do Fundo Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde, a OPAS.

É claro que é preciso que as informações que recolhemos mundo afora não se percam. Cumpre processá-las e organizá-las adequadamente; cumprir unir as pontas no Brasil entre os atores relevantes, em particular o Ministério da Saúde. Para isso, para melhor sistematizar esse decisivo exercício de coordenação, criamos o Grupo de Trabalho da Diplomacia da Saúde, que já está em pleno funcionamento.

Como tem de ser, estou pessoalmente engajado na nossa diplomacia da saúde. Um dos primeiros contatos que mantive, como Ministro, foi com minha colega espanhola, Arancha González, que visitará o Brasil, agora, dia 7 de maio. Como tem de ser, pudemos anunciar, em seguida, que a Espanha havia doado ao Brasil medicamentos para intubação, que chegaram ao Brasil ontem, terça-feira, dia 27. Também nos foi possível conseguir de Portugal doação de medicamentos anestésicos para procedimentos de intubação.

A China é, ninguém ignora, outro parceiro-chave nessa matéria. Em conversa telefônica com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi, fiz dois pedidos: que apoiasse a aquisição pelo Brasil de 30 milhões de doses da vacina da Sinopharm, para entrega ainda no segundo trimestre deste ano; e que nos auxiliasse no fornecimento de IFAs com vistas à produção no Brasil de um total de 60 milhões de doses da vacina Oxford-AstraZeneca. Nosso diálogo foi muito positivo. O Ministro Wang comprometeu-se a fazer todo o possível para cooperar. Reservará e fornecerá ao Brasil, o quanto antes, quota maior de IFAs para a produção da vacina Oxford-AstraZeneca. Ressaltou, na ocasião, que abril seria mês crítico na China, e que precisam acelerar a vacinação interna. Mas afiançou que, em maio e junho, haverá grande aumento da produção de IFAs naquele país.

Monitoraremos a situação. Nossa Embaixada em Pequim acompanha praticamente em tempo real cada processo de autorização de exportação do insumo farmacêutico ativo, o IFA. Desde fevereiro, a Fiocruz recebeu insumos suficientes para a produção de cerca de 38 milhões de doses, o que garante entrega de doses pela Fundação até o início de junho.

Temos atuado igualmente junto à Índia. Buscamos a liberação das 8 milhões de doses pendentes – dentre as 12 milhões de doses que adquirimos – da vacina Oxford-AstraZeneca produzidas pelo Instituto Serum. A crise sanitária na Índia, como temos acompanhado, vem se agravando. Mas, pelos canais adequados, estamos agindo para que autorizem exportações para o Brasil.

Nosso trabalho junto ao Governo norte-americano tem sido permanente e incansável, com o objetivo de conseguir para o Brasil a contribuição possível, por parte de Washington, de insumos médicos e vacinas, em particular do montante de doses que o Governo norte-americano mostra-se disposto a compartilhar com outros países ao longo dos próximos meses. Estamos em contato com unidade recém-criada, no Departamento de Estado norte-americano, dedicada à alocação de vacinas para parceiros internacionais dos Estados Unidos e temos trabalhado para que o Brasil possa dispor do aporte disponível, à medida que evolui a parcela já imunizada da população norte-americana.

Com Israel, desde o início de abril, temos promovido videoconferências para fazer avançar a cooperação em matéria de vacinas e outros medicamentos. O diálogo com Israel inclui, ainda, telemedicina, terapias avançadas e saúde digital.

Também temos trabalhado com a Rússia. Acompanhei telefonema do Presidente Bolsonaro com o Presidente Putin no dia 6 de abril, mesmo dia em que tomei posse à frente do Ministério das Relações Exteriores. Trataram de diferentes temas, inclusive da aquisição pelo Brasil – e da produção em nosso país – da vacina Sputnik V. Esperamos que as questões pendentes para aprovação da vacina possam ser oportunamente solucionadas de modo satisfatório para a Anvisa, de modo a podermos eventualmente contar, no médio prazo, com o aporte de mais uma vacina em nosso esforço nacional de imunização e superação da pandemia.

São regulares, aliás, as tratativas da Anvisa com fabricantes no exterior, bem como as missões de inspeção a outros países para agilizar a aprovação de vacinas e outros medicamentos. O Itamaraty tem prestado à Anvisa, e continuará a prestar, todo o apoio necessário.

Senhor Presidente Aécio Neves,

Diante da pandemia de Covid-19, o Brasil tem também participado de movimentos multilaterais em favor do acesso a vacinas e tratamentos seguros, eficazes e de alta qualidade.

Nosso País está associado a iniciativas como o ACT-Accelerator, o Solidarity Call to Action e a COVAX Facility, mecanismos que têm o objetivo de garantir ao maior número possível de países acesso amplo e equitativo a vacinas, medicamentos e insumos médicos e hospitalares necessários para o controle e derrota da pandemia. A adesão à COVAX Facility garantirá ao Brasil quarenta e dois milhões e quinhentas mil doses. Estamos falando de

cobertura para 10% da nossa população. Com o início da vacinação em vários países, instamos a COVAX a garantir, de imediato, o acesso a vacinas aos países participantes. Estamos atentos e queremos influenciar a governança da COVAX, razão pela qual apresentamos candidatura à sua Comissão Executiva.

Mantive, no dia 21 de abril, videoconferência com o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom, que me garantiu estar trabalhando para acelerar o cronograma de entregas da vacina pela COVAX ao Brasil, tendo em conta nossa urgência de recebimento.

A mensagem do Dr. Tedros foi secundada por sua Diretora-Assistente, a brasileira Mariângela Simão, que informou manter a OMS interlocução constante com a Fiocruz e o Instituto Butantan, de modo a prestar apoio firme da OMS à produção nacional de vacinas e insumos. Na mesma reunião, o coordenador do ACT-Accelerator reconheceu o papel decisivo do Brasil no apoio ao ACT e à COVAX. Elogiou, ainda, os fortes sinais de apoio a essas iniciativas que estão sendo prestados pelo Governo brasileiro.

Na Organização Mundial do Comércio, o Brasil vem respaldando – ao lado de outros países, desenvolvidos e em desenvolvimento – os esforços de resposta à pandemia propostos pela nova Diretora-Geral, a nigeriana Ngozi Okonjo. A Diretora-Geral pretende que a OMC possa identificar, nos mais diversos mercados, capacidade ociosa para produção de vacinas, bem como incentivar acordos de licenciamento voluntários e de transferência acelerada de tecnologias e insumos. Aliás, o Brasil tem se empenhado nessas vias ampliando sua capacidade de produção e desenvolvimento farmacêutico mediante os acordos firmados pela Fiocruz e pelo Instituto Butantan.

Para dar contornos concretos a essa agenda, a OMC promoveu, há menos de duas semanas, em 14 de abril, evento com a Organização Mundial da Saúde, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e os principais países produtores de vacinas, entre os quais o Brasil. Estiveram também representantes do setor privado e da sociedade civil. Penso que essa é mais uma frente da qual poderão surgir contribuições importantes para o combate à crise sanitária que nos atinge a todos.

Igualmente na OMC, é relevante mencionar que o Brasil apoia a Iniciativa sobre Comércio e Saúde. Temos conosco a Austrália, o Canadá, o Chile, o México e a União Europeia, entre outros países. O objetivo é garantir acesso a vacinas, equipamentos médicos e outros insumos essenciais importados em caso de pandemias, mediante i) a identificação e o uso de capacidade instalada para a produção; ii) a facilitação de acordos de licenciamento para a transferência de

tecnologia, expertise e know-how; e iii) a identificação e resolução de forma consensual de qualquer barreira comercial à produção e à distribuição desses produtos, inclusive os relacionados à propriedade intelectual.

Ainda quanto ao combate à pandemia no âmbito da OMC, muito se tem dito, e compreensivelmente, sobre a hipótese da chamada “quebra de patentes” – o que equivale ao licenciamento compulsório. Há quem defenda, em Genebra, uma moratória de direitos de propriedade intelectual. Não nos parece, porém, que esse seja o caminho mais eficaz.

Os motivos são muitos, e começam com a constatação de que a moratória advogada não se limitaria a patentes farmacêuticas. A rigor, não se limitaria sequer a patentes em geral. Abrangeria a globalidade dos direitos de propriedade intelectual relacionados à resposta à pandemia por tempo indeterminado.

Mas isso não é tudo. O fato é que o grande gargalo hoje, para o acesso a vacinas, são os limites materiais da capacidade de produção e questões ligadas à complexidade das cadeias de abastecimento. Os especialistas afirmam que vacinas são virtualmente impossíveis de copiar, a curto ou médio prazo, sem o apoio dos laboratórios que as desenvolveram, mesmo com o auxílio da patente. Os países de menor desenvolvimento relativo já contam com uma moratória aplicável a todo tipo de propriedade intelectual e nem por isso, infelizmente, têm conseguido assegurar suprimentos.

Passando de Genebra à nossa região, devo acrescentar que a pandemia é, como não poderia deixar de ser, assunto também com nossos vizinhos. Na América do Sul, temos procurado manter as fronteiras abertas, respeitando as decisões soberanas de cada país em matéria sanitária.

O tom que queremos imprimir é o da cooperação. No MERCOSUL, usamos recursos do Focem, o Fundo de Convergência Estrutural do bloco, para medidas de teste e prevenção contra a Covid. No Prosul, o foco em 2020 e 2021 tem sido a colaboração no combate à pandemia, mediante busca de fontes de financiamento para necessidades comuns.

Enfim, estamos intensificando e melhor articulando, em distintos planos, as ações da nossa diplomacia da saúde.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Ao mesmo tempo em que cuidamos da urgência sanitária, temos de cuidar da urgência econômica.

Quando deixávamos para trás uma das maiores recessões da nossa história, veio a pandemia. Com a pandemia, vieram novas dificuldades econômicas.

Uma resposta monetária e fiscal robusta tem mitigado os efeitos sobre os mercados, tem garantido renda a dezenas de milhões de brasileiros. Mas, em paralelo, precisamos continuar produzindo as condições para uma retomada consistente da atividade econômica – uma retomada que gere mais empregos, e empregos de qualidade.

Também aqui, a tarefa tem facetas diversas. Boa parte delas é de natureza doméstica. Boa parte delas depende, em larga medida, desta Casa, que tanto tem feito por nossa pauta de modernização econômica. Mas, sem dúvida, há um papel para a política externa.

Uma maior exposição do Brasil ao mundo, se bem desenhada e bem calibrada, pode ajudar a fazer crescer, e a dinamizar, a nossa economia. Mais comércio exterior; mais investimentos estrangeiros em áreas cruciais, como infraestrutura; mais contato com políticas públicas de reconhecida excelência – todos esses aportes que a diplomacia busca trazer para o desenvolvimento do nosso Brasil.

Penso, primeiro, no MERCOSUL. Estamos comprometidos com a continuada modernização do bloco, que consideramos peça importante de uma engrenagem mais ampla voltada para a melhor inserção do Brasil nos fluxos internacionais de bens, serviços e investimentos.

Internamente, buscamos melhorar o ambiente de negócios no MERCOSUL. Concluímos a negociação de acordos de compras governamentais, de facilitação de comércio e de comércio eletrônico. Estamos revendo a Tarifa Externa Comum e as regras de origem do bloco. Também continuamos o trabalho de convergência e harmonização regulatória.

Ninguém tem ilusões quanto aos desafios inerentes a esse processo. Primeiro, todo exercício de integração econômico-comercial enfrenta percalços, tem altos e baixos. Segundo, o momento é de dificuldades – ora mais, ora menos agudas – também para os nossos sócios. Nossa contribuição, neste estágio, será no sentido de mantermos o rumo, com os olhos postos num horizonte estratégico. Será no sentido de não nos perdermos na conjuntura. Sempre guiados, como é evidente, pelos valores e pelos interesses do Brasil.

Ao mesmo tempo em que procuramos cultivar a agenda interna do MERCOSUL, trabalhamos para impulsionar a agenda externa do bloco.

Temos dado grande atenção às negociações de acordos comerciais com parceiros externos. Perseguimos mais mercados para nossas exportações e maior acesso a importações de alto conteúdo tecnológico. Queremos, em

suma, ampliar nossa competitividade. Esse é um imperativo de um mundo que – apesar de toda a conversa sobre o que seria um retrocesso na globalização econômica – continuará a funcionar, até o futuro previsível, sob o signo da interconectividade.

Lembro que, no MERCOSUL, temos negociações em curso com o Canadá, Singapura, a Coreia do Sul e o Líbano. Propusemos o início de negociações a todos os países da América Central. Queremos aprofundar os acordos que temos com o México, com a Índia, com Israel. E estamos explorando o terreno para negociações abrangentes com os Estados Unidos, o Japão e o Reino Unido.

É verdade que os sócios do MERCOSUL podem ter tempos diferentes quando se trata de iniciar novas negociações, de apresentar ofertas, de concluir processos em curso. Essas diferenças são naturais e eu penso que elas devem ser respeitadas. Mas estamos convencidos, porém, de que o MERCOSUL é capaz de articular as flexibilidades necessárias ao progresso de sua agenda externa. Estamos abertos a discutir possibilidades que sejam aceitáveis para todas as partes.

Será oportuna, a esta altura, uma palavra sobre um dos importantes acordos do MERCOSUL cujas negociações já concluímos: aquele com a União Europeia, cuja aprovação do outro lado do Atlântico parece envolta em controvérsia.

Aqui, temos ponderado aos nossos amigos europeus que convém nos concentremos nos fatos.

Conforme reconhecido pelo próprio Comissário de Comércio da União Europeia, o acordo conta com o mais moderno capítulo de desenvolvimento sustentável entre os negociados até então pela UE. Até por isso, carece de todo fundamento a narrativa de que o acordo poderia ter efeitos negativos em termos de emissão de gases de efeito estufa ou resultar, como se diz, em “importação de desmatamento”. “Importação de desmatamento” entre aspas. Para não falar na sustentabilidade da agropecuária brasileira, cuja produtividade, sabemos todos aqui, vem da inovação, não vem da devastação.

O Brasil está aberto à negociação de documento paralelo (em diplomacia, chamamos de “side letter”) para reafirmar os compromissos em matéria ambiental e social. Mas não aceitamos a reabertura do texto do acordo, que é resultado de longa e complexa negociação, que chegou a duas décadas.

É importante não confundir a qualidade dos compromissos negociados com o desejo de alguns parceiros em tratar de outros temas, como as queimadas na Amazônia e nossas metas em mudança do clima. Tratamos sem dificuldade

desses temas, mas isso não significa, nem poderia significar, a renegociação de acordos já concluídos.

Devo dizer que a Comissão Europeia, como tal, tem atuado como aliada nossa. Juntamente com alguns países do bloco favoráveis ao acordo, está empenhada em esclarecer ao público europeu os benefícios do instrumento. Destaco ainda, e preciso destacar realmente, o apoio ativo que temos tido de Portugal, que ocupa neste semestre a presidência do Conselho da União Europeia.

Senhores Deputados,

Permito-me aqui prosseguir no que vinha dizendo sobre nossa busca por mais comércio e mais investimento para o Brasil, agora para além do MERCOSUL.

Temos podido avançar junto a uma gama de parceiros, de forma estritamente bilateral, em arranjos que não envolvam concessões tarifárias.

O acordo de livre comércio com o Chile, firmado em 2018 e hoje em tramitação nesta Câmara dos Deputados, é um exemplo. É o mais amplo acordo comercial assinado pelo Brasil em temas não tarifários.

O acordo contempla compras governamentais, serviços, investimentos, facilitação de comércio, regulamentos técnicos. Tem o potencial de trazer ganhos concretos para nossa indústria e nosso agronegócio. Deverá facilitar a aprovação dos estabelecimentos exportadores do nosso setor de carnes. Deverá reduzir significativamente a burocracia para todo o comércio. Permito-me apelar a Vossas Excelências por uma tramitação tão expedita quanto possível deste importante acordo com o Chile.

Com os Estados Unidos, concluímos um Protocolo sobre Regras Comerciais e de Transparência assinado em outubro passado e enviado pela Presidência da República ao Congresso Nacional no último dia 26, dois dias atrás. O Protocolo está totalmente em linha com os objetivos do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica Brasil-Estados Unidos, de 2011, é composto por três anexos: i) facilitação de comércio e administração aduaneira; ii) boas práticas regulatórias; e iii) anticorrupção. O instrumento tem por objetivo simplificação de trâmites de comércio exterior e diversificar os fluxos bilaterais de comércio e investimentos. Também aqui me permito apelar por uma tramitação tão célere quanto possível.

Outro parceiro central para nós – é até redundante dizê-lo a Vossas Excelências – é a China. A China é o maior parceiro comercial do Brasil e um

dos cinco maiores investidores estrangeiros no País. No primeiro trimestre de 2021, já há mostras de que essa tendência deve perdurar. A corrente comercial, naquele período, atingiu US\$ 28,5 bilhões, quase 20% a mais do que no ano passado. A China é, ainda, a principal origem externa de investimentos no PPI, com um quarto do total de investimentos previstos naquele programa.

Olhando para frente, olhando adiante, observo que nossas exportações para a China, ainda concentradas em poucos produtos primários, poderão expandir-se e diversificar-se. Uma via será pela aprovação de mais Organismos Geneticamente Modificados, os OGMs, e pelo aumento da venda de proteína animal, com a habilitação de mais investimentos.

Está por novamente reunir-se, em princípio no segundo semestre do ano, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a COSBAN. É um foro de alto nível e, do lado brasileiro, liderado pelo Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão. Será oportunidade para o encaminhamento de questões que ajudarão a intensificar o comércio, os investimentos e a cooperação com a China.

Senhoras e Senhores Deputados,

Outra tradição do Brasil é o fomento do comércio pela via multilateral. Também aí permaneceremos ativos. Seguimos engajados nas negociações para a 12ª Conferência Ministerial da OMC, no final do ano. Uma reforma bem conduzida da OMC será instrumental para que a Organização ganhe nova vitalidade e concorra para a recuperação da economia mundial no pós-pandemia.

Na perspectiva da modernização da nossa economia, capítulo não menos relevante é o da crescente aproximação do Brasil à OCDE. Somos o país não membro mais alinhado às práticas da Organização. Só em 2020, aderimos a mais 17 instrumentos da OCDE. Com isso, o Brasil se tornou o país não membro com maior número de adesões (96 de um total de 248 instrumentos vigentes).

A acessão formal do País à OCDE é certamente um objetivo para nós. Mas gostaria de ressaltar que nesta instância, como em tantas outras, o caminho que se percorre – neste caso, o estreitamento constante das nossas relações com a Organização – já tem um inestimável valor intrínseco.

Muito ainda poderia dizer a Vossas Excelências sobre a contribuição que, na política externa, procuramos dar para a retomada firme do crescimento econômico e da geração de empregos em nosso País. Nossa diplomacia tem

vocação universal, e nossas iniciativas de cooperação econômica engajam também países no Oriente Médio e na África. Do mesmo modo, incluem eventos de atração de investimentos e de projeção da imagem de sustentabilidade da nossa produção agropecuária. Não mais me estenderei mais a esse respeito, nesta apresentação inicial. O tempo é escasso, e, antes de passar ao diálogo com Vossas Excelências, ainda quero tratar da urgência ambiental.

Senhor Presidente,

No campo ambiental – ou, mais amplamente, do desenvolvimento sustentável –, faço duas considerações preliminares que julgo essenciais.

A primeira é de cunho eminentemente prático. O tema da sustentabilidade ganhou o centro do debate público em países de diferentes perfis. Em muitas sociedades, e cada vez mais, a preocupação do consumidor com aspectos ambientais e sociais da cadeia de produção dos bens é uma realidade incontornável. Grandes investidores são pressionados a montar carteiras ditas “verdes”. Com isso, não é exagero dizer que a sustentabilidade se tornou questão de acesso a mercado e uma questão de atração de investimentos ao mesmo tempo.

Somos movidos, antes de tudo, pela compreensão de que o planeta é um só, e que temos de preservá-lo para as gerações futuras. Mas seria um erro desconsiderar que, no século XXI, a sustentabilidade adquiriu, também, uma marcada dimensão econômico-comercial.

A boa notícia – e aqui vai a minha outra consideração preliminar – é que o Brasil não tem motivo para adotar, em matéria de desenvolvimento sustentável, uma atitude defensiva. Ao contrário. Estamos entre os países que podem apontar para soluções. Nossa histórica atuação nos debates internacionais e nossa trajetória interna em sustentabilidade, penso eu, nos dão autoridade para isso.

Assim é que, em nossa atuação externa, continuaremos a valorizar os ativos ambientais brasileiros, com ênfase na composição de nossa matriz energética; no caráter intensivo em tecnologia da nossa agropecuária; no rigor da nossa legislação de proteção ambiental. E continuaremos a fazê-lo em todos os foros pertinentes.

No nível regional, temos buscado fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a OTCA, que foi criada a partir de iniciativa brasileira e tem sede em Brasília. A OTCA é valioso instrumento de aproximação entre os países amazônicos. Tem amplo conhecimento da região e experiência de

algumas décadas na realização de projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Temos alguns resultados a mostrar no plano regional. Posso referir-me ao lançamento do Fundo para o Desenvolvimento Sustentável e a Bioeconomia da Amazônia, no âmbito do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Ou à conclusão de um protocolo regional de combate a incêndios florestais, exemplo de ação conjunta da OTCA e do Pacto de Letícia. São avanços encorajadores.

Nas negociações multilaterais, prezamos por resultados que respeitem os interesses, as prioridades e as sensibilidades dos países envolvidos.

Trabalhamos em textos equilibrados, que levem em consideração o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada – afinal, já é consagrado o reconhecimento de que os países desenvolvidos têm maior responsabilidade histórica pela preservação do meio ambiente. Trabalhamos por textos que incorporem as práticas econômicas existentes nos países em desenvolvimento. Na busca dos consensos possíveis, trabalhamos a partir de nosso patrimônio de conquistas econômicas, sociais e ambientais.

Ao mesmo tempo, estamos empenhados em demonstrar ao mundo que asseguraremos a implementação de nossa ambiciosa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), ao amparo do Acordo de Paris.

Em nossa NDC, o Brasil reafirmou compromisso com a redução das emissões líquidas totais de gases de efeito estufa em 37% em 2025. O Brasil assumiu ainda o compromisso com a redução em 43% as emissões até 2030. E enunciou objetivo indicativo de atingir neutralidade climática – ou seja, emissões líquidas nulas – em 2060.

Na semana passada, na Cúpula de Líderes do Clima promovida pelo Presidente dos Estados Unidos, o Presidente Jair Bolsonaro foi além. Assumiu o compromisso de eliminar o desmatamento ilegal no Brasil até 2030. Expressou a disposição brasileira de antecipar para 2050 o prazo para atingirmos a neutralidade climática. E afirmou seu comprometimento com duplicação do orçamento de fiscalização ambiental, ferramenta necessária para o cumprimento de nossas metas.

A questão principal remanescente, para a COP26, foro em que vamos participar agora no final do ano, é a regulamentação do Artigo 6.º, que assentará as bases para o mercado global de carbono, de vital importância para a manutenção das nossas propostas de desenvolvimento sustentável.

Outra questão especialmente cara ao Brasil é levar os países desenvolvidos a cumprir a sua obrigação de assegurar aos países em desenvolvimento meios apropriados de implementação de políticas de mitigação e adaptação à mudança do clima.

Nossa energia está posta também na Convenção de Diversidade Biológica, onde negociamos a adoção de um novo marco global para a biodiversidade, com metas para 2030 e possivelmente para 2050.

De modo necessariamente resumido, essas são algumas de nossas principais posições em desenvolvimento sustentável. O Brasil é uma potência ambiental. Isso nos traz responsabilidades, e estamos cientes delas. E isso nos abre possibilidades, que seguiremos explorando.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente,

Concluo por aqui. Como disse, também compareço a esta Casa para ouvir.guardo com interesse os comentários e as indagações que Vossas Excelências tenham a bondade de dirigir-me.

Muito obrigado por esta oportunidade.

3.8. Intervenção do Ministro Carlos França pela celebração do Dia da África – Brasília, 25 de maio de 2021

Muito obrigado, Embaixador Martin Mbeng, pelas suas palavras tão calorosas e pela brilhante abertura que faz deste nosso evento.

Aqui pela tela de retorno eu consigo ver a imagem das senhoras e senhores chefes de missão diplomática, que nos acompanham virtualmente, e gostaria de dizer que isso multiplica em mim a vontade de que, assim que as condições sanitárias o permitam, nós possamos fazer um encontro presencial aqui no Itamaraty. Gostaria muito de poder recebê-los, as senhoras e os senhores, para um evento social, para um almoço, para um jantar, onde possamos então estreitar ainda mais os nossos laços, discutir presencialmente sobre os temas que estão sendo tratados aqui

Senhor Embaixador Mbeng, decano do Grupo Africano, em nome e quem cumprimento todos os Embaixadores e chefes de Missão Diplomática de países africanos acreditados junto ao governo do Presidente Jair Bolsonaro, aqui em Brasília,

Caros colegas,

Senhoras e senhores,

Agradeço a presença de todos na celebração desta data, que possui grande importância simbólica para o Brasil: o Dia da África.

Quando nós, brasileiros, falamos da África, precisamos deixar de lado o rigor protocolar do discurso diplomático a que estamos acostumados. Temos de falar da África com convicção e emoção, pois nossa ligação é indelével. A África, em seus diferentes povos, culturas e territórios, integra a ascendência de mais de 50% dos brasileiros, que se autodeclaram afrodescendentes. Foi uma história marcada pelo sofrimento de inocentes, pelo trabalho de sobreviventes e pelo anonimato de subjugados.

O Brasil, maior nação de origem africana fora do continente, segue aqui, do outro lado do “rio chamado Atlântico” – para evocar palavras do Embaixador Alberto da Costa e Silva – de braços abertos, cada vez mais seguros e orgulhosos de nossa herança cultural e humana africana. Juntos, brasileiros e africanos, poderemos enfrentar desafios comuns rumo à prosperidade, criando condições para a conquista da dignidade por cada um de nossos cidadãos. Etapas nesse caminho tão árduo devem ser galgadas por meio da cooperação política, econômica e social, com olhos postos no futuro comum.

O Dia da África celebra a liberdade e vincula-se à criação da Organização da Unidade Africana, em 25 de maio de 1963. A União Africana desempenha hoje papel protagonista no reforço da institucionalidade no continente. Os países africanos estão cientes de que caminhar unidos é a forma mais eficiente para realizar seus objetivos, em favor de uma “mais ampla liberdade” – para evocar as palavras de um notável filho do continente, Kofi Annan.

O Brasil quer estar sempre unido com a África. Mantemos relações diplomáticas com todos os países do continente. Temos missões diplomáticas residentes em 35 capitais africanas. E, como bem lembrou o Embaixador Mbeng, 33 países africanos estão presentes com embaixadas residentes em Brasília e, eu ainda acrescentaria, com rede consular operante em nossas maiores cidades.

As relações com o continente africano constituem prioridade permanente do Estado brasileiro e, particularmente, do governo do Presidente Jair Bolsonaro. Desde janeiro de 2019, contabilizamos mais de 30 encontros de alto nível, presenciais e virtuais, entre altos funcionários do Brasil e de países africanos.

Desejamos seguir fortalecendo esse lastro de intensas relações, tendo por base os pilares da cooperação comercial e empresarial, da cooperação para o desenvolvimento e da cooperação em segurança e defesa. Antes, porém, de discorrer sobre cada um deles, gostaria de tratar de um tema que merecerá os

melhores esforços do Itamaraty durante a minha gestão, por razões evidentes: a diplomacia da saúde.

Começo por expressar as mais profundas condolências do governo brasileiro pelas vidas perdidas para a Covid-19, aqui e no continente africano.

Desde o início da crise sanitária internacional causada pela pandemia que ainda nos flagela, o governo brasileiro disponibilizou a diferentes países do continente africano, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), doações financeiras destinadas à aquisição de respiradores mecânicos, “kits” de testagem, termômetros e medicamentos, além de equipamentos de proteção individual. Os recursos brasileiros beneficiaram países como Congo, Gana, Moçambique, Quênia, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Serra Leoa, e, ainda, populações abrigadas em campos de refugiados na Argélia e no Mali. O maior volume individual doado pelo Brasil destinou-se ao Centro Africano de Prevenção e Controle de Doenças da União Africana.

Merecem destaque, também, outras iniciativas no âmbito da cooperação brasileira com países africanos. Inaugurado em 2018, o Laboratório Nacional de Referência da Tuberculose, em São Tomé e Príncipe, passou a abrigar, neste último ano, o centro laboratorial de testagem de Covid-19 no país. Em Cabo Verde, a capacitação de 450 técnicos e auxiliares no âmbito do fortalecimento da atenção primária à saúde acabou por contribuir para o esforço de contenção da pandemia no país. A cooperação técnica em Bancos de Leite Humano instalados com apoio brasileiro manteve-se ao longo da crise sanitária, tendo comportado iniciativas de treinamento para manejo de leite materno no contexto da pandemia.

No âmbito multilateral, defendemos que o consórcio COVAX Facility garanta acesso equitativo à vacina para todos os países. O Brasil apresentou sua candidatura para integrar a Comissão Executiva da COVAX. Estamos igualmente engajados em iniciativas como o ACT Accelerator e o Solidarity Call to Action. O Brasil tem trabalhado também em estreita colaboração com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), com países vizinhos e de diferentes regiões no compartilhamento de melhores práticas e lições aprendidas sobre a pandemia.

Estamos dispostos a aprofundar os laços de cooperação e solidariedade também com os países africanos nesses temas, a fim de que possamos superar juntos, o quanto antes, este terrível flagelo que assola nossas populações. Acreditamos que ninguém está seguro até que todos estejam seguros. Não é somente uma convicção, é ideia-base de nossas ações.

Estimo que, até o final de 2022, o Brasil possa cooperar na imunização de países africanos com vacinas produzidas no Brasil. Temos de lutar, nesse espaço, por uma posição de protagonismo condizente com nossas capacidades e com as expectativas que nossos irmãos da África nutrem a nosso respeito.

Não preencheremos esse espaço sem darmos a devida atenção ao fortalecimento dos fluxos de comércio e investimentos de lado a lado. Nestes últimos vinte anos, a África tornou-se polo econômico em ascensão, registrando taxas de crescimento econômico superiores à média mundial e apresentando grande capacidade de atrair capitais.

Entre 2000 e 2010, o continente africano registrou 5,4% de crescimento anual do PIB, ao passo que a média mundial foi de aproximadamente 3% no mesmo período. Nos dez anos subsequentes, até o fim de 2019, o PIB da África cresceu em média 4% ao ano, com picos de 7% ao ano – taxas também superiores à média mundial.

Diante desses números, percebemos que ainda estamos longe de realizar o potencial de comércio entre o Brasil e o continente africano. Após sensível redução na corrente de comércio entre Brasil e África verificada em 2016, experimentamos uma fase de modesta recuperação. De 2017 a 2019, as nossas trocas comerciais flutuaram entre 13 e 15 bilhões de dólares. Em 2020, a pandemia nos mostrou a solidez do nosso intercâmbio comercial, que sofreu retração de apenas 12%. Precisamos e podemos trabalhar para redinamizar nossas relações econômicas com base em um comércio igualitário, com oportunidades de desenvolvimento para todos.

Seguindo o espírito do Acordo Continental Africano de Livre Comércio, que saudamos vivamente, queremos mais acordos comerciais. Já temos em vigor instrumentos como o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Egito, país para onde se destinam 26% das exportações do Brasil para o continente, quase um terço, e o Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral.

Convido nossos parceiros africanos a continuar o diálogo com o Brasil sobre formas e opções para aumentarmos nosso comércio, bem como para diversificá-lo. Este diálogo já se encontra em curso, por exemplo, com os países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Também queremos promover, com o apoio da Apex-Brasil, mais eventos empresariais que divulguem oportunidades de negócios dos dois lados do Atlântico.

Os investimentos do Brasil na África concentram-se, principalmente, nos ramos da construção civil, agronegócio, mineração e petróleo, tendo como

principais parceiros em investimentos países como África do Sul, Angola e Nigéria.

Chamo a atenção para o fato de que também há significativos investimentos africanos no Brasil. Esses investimentos acontecem nos mais diferentes campos: da produção de petróleo e fertilizantes à extração e ao transporte do minério de ferro, passando pelo mercado editorial e pela ligação, por cabo submarino de fibra ótica, entre nossos continentes.

Temos interesse, também, em expandir nossa cooperação técnica com os parceiros da África. Nos últimos vinte anos, o Brasil realizou mais de 700 projetos de cooperação técnica com os mais diversos países africanos, destacadamente nas áreas de saúde, agricultura, pecuária, pesca, educação e formação profissional.

Notabiliza-se aqui o trabalho da Agência Brasileira de Cooperação, a ABC, que, desde 1987, presta cooperação técnica como instrumento de desenvolvimento de países irmãos – entre estes, muito especialmente, os países africanos. Atualmente, encontram-se em vigor 38 acordos de cooperação técnica entre o Brasil e países do continente e 78 projetos de cooperação técnica com a África em andamento.

Essa cooperação técnica brasileira reveste-se, como sabem, de variados formatos. Reservamos um lugar cada vez mais importante para a cooperação trilateral, em que participa, via de regra, um país desenvolvido. Temos o caso exitoso do projeto com Alemanha e Gana para melhoramento do plantio de caju naquele país africano, e com o Japão, para fortalecimento do Sistema de Resposta ao HIV em Moçambique, ou ainda no combate à lagarta do cartucho em inúmeros países africanos, em parceria com os Estados Unidos, para citar aqui apenas alguns exemplos.

No âmbito da cooperação trilateral com organismos internacionais, destaca-se o programa para o apoio no desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar, implementado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos por meio do Centro de Excelência contra a Fome.

Ressalto, igualmente, interesse permanente em ampliar nossa cooperação cultural com a África, em virtude dos laços humanos que unem nossos povos. No campo educacional, o Brasil mantém acordos com 26 países africanos, que permitiram a mais de oito mil jovens africanos admissão em universidades brasileiras para estudos de graduação. Tal cifra representa 75% de todos os estudantes estrangeiros atendidos pelo Programa Brasileiro de Estudante-Convênio.

Senhoras e senhores embaixadores,

O Brasil mantém ainda com a África crescente e intensa cooperação na área de defesa e segurança. África Ocidental e Brasil compartilham o Atlântico Sul, espaço que faz parte do “entorno estratégico” brasileiro.

Temos acordos-quadro de cooperação em defesa com 12 países africanos. Nossas Forças Armadas enviam e recebem, regularmente, oficiais e suboficiais para cursos e outras atividades de treinamento. A Marinha do Brasil, por exemplo, forma mais de mil militares da Marinha da Namíbia em escolas brasileiras, e este é o maior contingente de oficiais estrangeiros já capacitados no Brasil. A Missão Naval do Brasil na Namíbia contribuiu para a criação do Curso de Formação de Marinheiros na Base de Walvis Bay.

Várias forças aéreas da África já utilizam aeronaves Super Tucano fabricadas no Brasil pela Embraer. Também cooperamos com países africanos na implantação de sistemas de controle terrestre, aéreo e naval. Destaca-se ainda o desenvolvimento conjunto de tecnologia de mísseis com a África do Sul: o projeto de míssil ar-ar de quinta geração “A-Darter”, concluído em setembro de 2019, é um exemplo de cooperação exitosa.

No Golfo da Guiné, participamos, pela sétima vez, nas atividades da “Operação Obangame Express”, com o navio-patrolha oceânico “Araguari”, da Marinha do Brasil. No exercício, participam os 16 países do Golfo da Guiné, desde Senegal até Angola.

Bienalmente, realizam-se os exercícios navais IBSAMAR, que contaram com a atuação da corveta “Barroso”, em 2018, gerando aproximação e intercâmbio de experiências entre as Marinhas do Brasil, da África do Sul e da Índia.

No âmbito desse esforço de fortalecimento da cooperação em defesa e segurança, sublinho que o Brasil condena veementemente todo tipo de violência terrorista, sob quaisquer formas ou motivos. Reafirmo a determinação do Brasil, em nome da defesa e segurança de nosso entorno geográfico comum, de trabalhar contra esse flagelo em conjunto com a comunidade internacional.

Nesse contexto, manifesto a solidariedade do Brasil ao governo e ao povo de Moçambique, assim como às vítimas moçambicanas e estrangeiras das indiscriminadas e brutais ações terroristas em Cabo Delgado.

Senhoras e senhores,

Vemos na União Africana canal privilegiado de diálogo entre o Brasil e a África. O Brasil tem proposta de criação de um mecanismo de consultas políticas regulares entre nosso país e a União Africana. A Organização representa

importante espaço de divulgação de projetos de alcance continental, como a área de livre comércio ou o passaporte continental unificado. Complementarmente, instrumentos como a observação eleitoral, a garantia do resultado dos pleitos e o apoio ao funcionamento regular das instituições dos países-membros têm contribuído para prevenção de conflitos e reforço da institucionalidade no continente, trabalho para o qual desejamos continuar a contribuir dentro de nossas possibilidades e interesses comuns.

Senhoras e senhores,

Por fim, refiro-me, de maneira muito especial, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP. Seis dos nove membros da CPLP são países africanos. A Comunidade é um símbolo do valioso patrimônio humano, linguístico e cultural que nos une. Em seus quase 25 anos de história, a CPLP registrou amplos avanços, enviando ao mundo mensagem de paz, solidariedade, tolerância, diálogo e plurilinguismo, conforme já observado pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres.

E aqui me permito uma breve digressão: eu recebi esta manhã o Secretário de Internacionalização do governo português, e ele mencionava, com muita alegria, a possibilidade de realização de forma presencial da cúpula CPLP em julho, agora, na cidade de Luanda. E dizia também da importância que ele outorga a esse Fórum, não apenas no campo cultural, linguístico ou das relações internacionais, mas também de uma dimensão econômica à CPLP, com a participação, por exemplo da Agência de Investimentos Brasileira, a APEX-Brasil.

De modo que a experiência da CPLP – como também a da União Africana – demonstra serem os povos e as nações mais fortes quando se unem.

Senhoras e senhores,

Refiro-me agora, para terminar, ao futuro das relações entre o Brasil e a África. É ambição do Brasil tornar-se parceiro de relevo no desenvolvimento do continente africano.

O crescimento da África torna a questão da segurança alimentar um dos grandes temas do continente. Uma população que dobrará em trinta anos precisará de fornecimento de energia. Há que se pensar ainda a questão da infraestrutura. Essa realidade configura oportunidade única para darmos impulso a nosso comércio e investimentos recíprocos.

Estamos determinados, no Brasil, a participar da revolução agrícola pela qual passará a África, com nosso conhecimento, maquinário e programas

de capacitação. Nos campos do urbanismo, infraestrutura e agronegócio, precisamos dar os passos necessários para empreender processos de transferência de tecnologia que proporcionem ganhos de bem-estar social e geração de empregos qualificados pelos quais africanos e brasileiros tanto têm lutado e que tanto merecem.

Não há limites para aquilo que o Brasil e a África, juntos, podem fazer, sobre a base de uma herança cultural e humana compartilhada. Parabéns pelo Dia da África!

Muito obrigado.

3.9. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no 24º Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo – 7 de junho de 2021

Sua Excelência Senhor Vladimir Putin, Presidente da Federação da Rússia,
Senhores Chefes de Estado e de Governo,
Senhoras e Senhores,

Agradeço o convite do Presidente Putin para participar deste Fórum, que é o principal evento de economia e negócios de toda a Eurásia. Felicito sua realização como parte do esforço internacional de resposta à tripla urgência de reconstruir a saúde, a economia e a sustentabilidade globais.

O Fórum de São Petersburgo é a caixa de ressonância da nova paisagem geopolítica e geoeconômica em construção na Eurásia, região de importância decisiva e crescente, no epicentro das grandes transformações do mundo de hoje.

No contexto dos desafios da recuperação econômica impostos pela pandemia, o Fórum contribui para a criação de novas parcerias e para a consolidação de antigos vínculos, fundamentais na construção de um futuro próspero e ambientalmente sustentável.

É desejo do Brasil expandir e aprofundar as relações de amizade e cooperação com todos os países da região euroasiática, em particular com nosso anfitrião, a Rússia, parceira de longa data de meu País.

Nos próximos anos, o Brasil deve consolidar-se como o maior produtor mundial de alimentos. Mesmo no contexto da pandemia que assola o planeta, continuamos a garantir a segurança alimentar de um sexto da população mundial.

A agricultura brasileira atende aos mais altos requisitos sanitários e de sustentabilidade. Apenas 27% de nosso território é utilizado pelo agronegócio. Temos orgulho de conservar 84% de nosso bioma amazônico e 66% de nossa vegetação nativa.

Trabalhamos para potencializar nossas exportações de alimentos de qualidade para o mercado russo e de outros países da região. Nossas economias estão inseridas de forma positiva na cadeia de valor do agronegócio.

O Brasil é o maior destino das exportações de fertilizantes da Rússia, principal fornecedor de um insumo essencial para a agricultura brasileira. Queremos manter essa complementaridade, saudável para ambos os lados.

Mas há amplo potencial para diversificar nossa pauta comercial. O comércio entre Brasil e Rússia pode e deve incorporar o alto grau de desenvolvimento de nossas economias, de modo a abranger produtos de maior valor agregado em proporções crescentes.

Empreendedores de nossos países têm um papel fundamental na identificação de oportunidades novas e lucrativas. Nesse sentido, é importante aprofundarmos nossa cooperação na área de investimentos. O Brasil possui, atualmente, o melhor portfólio de investimentos em infraestrutura e energia do mundo. Convido os empresários aqui presentes a conhecerem melhor as oportunidades oferecidas ao amparo do Programa de Parceria de Investimentos do Governo brasileiro.

Continuemos trabalhando juntos para desenvolver a parceria tecnológica entre nossos países e expandir as parcerias nas áreas de defesa, espaço, energia e saúde. O Brasil está aberto a novas oportunidades de cooperação em alta tecnologia, a exemplo da nanotecnologia e materiais avançados, da inteligência artificial e da biotecnologia.

Faço votos de pleno êxito a esta edição do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo. E me associo às lideranças políticas e empresariais aqui presentes no empenho para a construção de uma ordem internacional baseada na prosperidade econômica, na liberdade, na paz e no desenvolvimento sustentável para todos.

Muito obrigado.

4. ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO

4.1. Memorando de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão no Campo de Tecnologias Relacionadas à Produção e ao Uso de Nióbio e Grafeno

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo do Japão

(de agora em diante referido como “os Partícipes”);

CONSIDERANDO o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão em Cooperação no Campo da Ciência e Tecnologia, assinado em 25 de maio de 1984 e o importante papel da Comitê Conjunto de Cooperação Nipo-Brasileira em Ciência e Tecnologia tem firmemente atuado para implementar esse acordo; e

COMPARTILHANDO a vontade em fortalecer relações amigáveis e promover a cooperação no campo das tecnologias relacionadas à produção e ao uso de nióbio e grafeno,

Por meio deste decidem o que segue:

O objetivo deste Memorando de Cooperação é aprofundar o entendimento mútuo para explorar a cooperação na cadeia de valor de produtos que usam nióbio ou grafeno e para delinear reconhecimento comum a fim de inicializar um intercâmbio frutífero entre os Partícipes, o que pode levar a cooperação mais estruturada no futuro, incluindo potenciais projetos conjuntos.

Os Partícipes empenhar-se-ão em promover a cooperação por meio do intercâmbio de informações nas seguintes áreas:

Tecnologias de reciclagem relacionadas ao nióbio ou ao grafeno;

Documentação e conhecimento, incluindo dados, experimentos, protótipos, tecnologias e processos decorrentes de atividades conjuntas em pesquisa e desenvolvimento entre os Partícipes;

Exploração de novas ou melhores aplicações de nióbio ou grafeno, baseada em tecnologias desenvolvidas em ambos os países que possam agregar valor aos produtos de nióbio e à cadeia de produção e ao uso do grafeno;

Experiências e parcerias para o desenvolvimento produtivo deste setor, com o envolvimento de instituições e do setor privado em pesquisa e desenvolvimento, quando aplicável;

Tecnologias, experiências, boas práticas e programas de proteção ambiental e sustentabilidade aplicáveis ??à exploração, mineração, reciclagem e pesquisa e desenvolvimento no setor de nióbio ou grafeno de ambos os países;

Inovações tecnológicas para o aproveitamento de resíduos de exploração mineral e do processamento de nióbio ou grafeno, para geração de novos produtos; e

Tecnologias de recuperação de substâncias metálicas advindas de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos.

Os Partícipes, a fim de avaliar os resultados deste Memorando de Cooperação, revisarão o progresso da cooperação no Comitê Conjunto Nipo-Brasileiro de Cooperação em Ciência e Tecnologia.

Os Partícipes empenhar-se-ão em estimular a participação de representantes de seus respectivos países em eventos como conferências, seminários, simpósios, oficinas, mesas redondas, cursos e exposições sobre questões pertinentes a tecnologias relacionadas à produção e ao uso de nióbio ou grafeno.

Com vistas a desenvolver tecnologias que agreguem valor ao nióbio ou ao grafeno e seus produtos relacionados, os Partícipes esforçar-se-ão em desenvolver recursos humanos de talento e promover o intercâmbio de pessoas.

Os Partícipes encorajarão contato diretos entre instituições científicas e tecnológicas para cooperação em tecnologias relacionadas à produção e ao uso de nióbio ou grafeno, bem como a implementação de programas e projetos conjuntos nesse setor, e estimularão ainda mais o intercâmbio de cientistas e especialistas técnicos. Os Partícipes facilitarão, se necessário, tal contato consultando ministérios ou agências nacionais para identificar instituições relevantes e facilitar a comunicação entre eles em cooperação com os ministérios e agências acima mencionados.

Os Partícipes empenhar-se-ão em criar e estimular a demanda e o mercado de nióbio ou grafeno e seus produtos relacionados no respectivo mercado doméstico dos Partícipes.

Os Partícipes decidem nomear como entidades implementadoras deste Memorando:

Pelo Governo do Brasil: Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Minas e Energia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Pelo Governo do Japão: Ministério das Relações Exteriores.

O presente Memorando de Cooperação não constitui convenção internacional e não implica para os Partícipes qualquer compromisso vinculante perante o direito internacional e as respectivas legislações internas.

Quaisquer controvérsias decorrentes da interpretação ou implementação deste Memorando de Cooperação serão resolvidas amigavelmente por meio de consultas diretas e negociações entre os Partícipes por via diplomática.

Cada Parte poderá terminar este Memorando de Cooperação por meio de notificação por escrito à outra Parte, pelo menos seis meses antes da data do término desejado.

Este Memorando de Cooperação entra em operação a partir da data de sua assinatura.

Assinado em Brasília, Brasil, em 8 de janeiro de 2021, em dois originais, cada um nos idiomas japonês, português e inglês, sendo todos os textos de igual valor. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pela Governo da República
Federativa do Brasil

Ernesto Araújo

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pela Governo do Japão

MOTEGI Toshimitsu

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Testemunhas:

Pelo Ministério de Minas e
Energia da República Federativa
Do Brasil

Alexandre Vidigal de Oliveira

Secretário de Geologia, Mineração e
Transformação Mineral

Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia
e Inovações da República Federativa
Do Brasil

Leonidas de Araújo Medeiros Jr.

Ministro Substituto

Celebrado em 08/01/2021

4.2. Memorando de Cooperação de Tomé-Açu entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão sobre o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia

Em 8 de janeiro de 2021, o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (doravante referidos individualmente como “Participante” e coletivamente como “os Participantes”),

Chegaram às seguintes conclusões conjuntas:

PARÁGRAFO 1º

OBJETIVO

O objetivo deste Memorando de Cooperação (doravante denominado “este MdC”) é fomentar a cooperação bilateral entre os Participantes para a promoção de sistemas agroflorestais na Amazônia. Visa também promover a ciência, a tecnologia e a inovação para a pesquisa conjunta e a troca de experiências sobre o uso sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do aproveitamento econômico da biodiversidade da Amazônia.

PARÁGRAFO 2º

ÁREAS DE COOPERAÇÃO

Os Participantes buscam oportunidades de cooperação nas áreas de:

Sistemas Agroflorestais na Amazônia

Cadeias produtivas de valor social e ambiental;

Agregar valor aos produtos agroflorestais e serviços ambientais;

Restauração ambiental para fins econômicos; e

Promoção de REDD+.

Promoção da ciência, tecnologia e inovação na Amazônia

Pesquisas conjuntas sobre recursos genéticos e uso sustentável da biodiversidade;

Treinamento técnico para empresas; e
Transferência de tecnologias ambientalmente sustentáveis.

C) Qualquer outra área a ser decidida posteriormente por escrito pelos Participantes.

PARÁGRAFO 3º

FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação entre os Participantes nas áreas identificadas no Parágrafo 2º pode assumir as seguintes formas:

Desenvolvimento de programas de estímulo à criação e expansão de sistemas agroflorestais na Amazônia e ao uso sustentável da biodiversidade;

Implementação e/ou apoio a programas de formação técnico-científica voltados ao uso sustentável da biodiversidade da Amazônia;

Troca de experiências, informações, melhores práticas e tecnologias modernas em áreas relacionadas a sistemas agroflorestais e uso sustentável da biodiversidade na Amazônia;

Intercâmbio de visitas de especialistas e delegações;

Organização de seminários, workshops e reuniões conjuntas com a participação de cientistas, especialistas e outras partes interessadas;

Promoção de sistemas de produção aquícola; sistemas de manejo pesqueiro de espécies amazônicas; turismo de pesca esportiva; e estudos sobre a dinâmica das populações de recursos pesqueiros; e

Qualquer outra forma de cooperação a ser decidida por escrito pelos Participantes.

Um Comitê de Trabalho Conjunto, composto por representantes de ambos os Participantes, deve ser formado para assegurar o objetivo deste MdC e revisar regularmente o progresso dos trabalhos.

Os Participantes esperam que o Comitê de Trabalho Conjunto elabore um Plano de Ação (PdA) que estabeleça os projetos iniciais de cooperação. Esse PdA pode ser atualizado e modificado a cada reunião do Comitê de Trabalho Conjunto, conforme apropriado.

PARÁGRAFO 4º

IMPLEMENTAÇÃO

Os Participantes envidarão seus melhores esforços para promover a implementação conjunta de projetos e atividades nas áreas de cooperação mencionadas no Parágrafo 2º.

Os Participantes se empenharão em envolver e colaborar com as autoridades e partes interessadas relevantes, conforme apropriado, incluindo, mas não se limitando a, agências governamentais e não governamentais, instituições de pesquisa e empresas privadas.

A implementação deste MdC será decidida em conjunto pelos Participantes.

PARÁGRAFO 5º

CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

Cada Participante deve respeitar a confidencialidade em relação às informações recebidas de ou fornecidas pelo outro participante em todos os momentos, observada a legislação de cada Participante.

PARÁGRAFO 6º

OBRIGAÇÕES SOB OUTROS TRATADOS OU CONVENÇÕES

Nada neste MdC deve afetar as obrigações de ambos os países em relação a qualquer tratado, convenção ou acordo bilateral, regional ou internacional multilateral, quando for o caso.

PARÁGRAFO 7º

INÍCIO, DURAÇÃO E TÉRMINO

A cooperação no âmbito deste MdC será iniciada na data de sua assinatura e continuará por um período de cinco (5) anos, e será renovada por outro período de cinco (5) anos automaticamente, a menos que um dos Participantes solicite sua rescisão.

Cada Participante pode rescindir este MdC mediante aviso por escrito pelo menos noventa (90) dias antes da data de rescisão pretendida.

A rescisão deste MdC não afetará nenhuma atividade em andamento e/ou programa de trabalho realizado de acordo com este MdC, exceto caso mutuamente determinado pelos Participantes.

PARÁGRAFO 8º

MODIFICAÇÕES

Este MdC pode ser modificado por meio de consentimento mútuo por escrito dos Participantes.

O Comitê de Trabalho Conjunto tem a prerrogativa de discutir qualquer modificação nos Parágrafos deste MdC e tomar as medidas necessárias.

PARÁGRAFO 9º

QUESTÕES JURÍDICAS

Este MdC não acarreta nenhuma obrigação legal que entre em conflito com as leis e regulamentos internos de cada país. Ambos os Participantes mantêm sua autonomia jurídica, regulatória e financeira.

Este MdC não é um acordo internacional e não é juridicamente vinculante. Os Participantes reconhecem que a colaboração no âmbito deste MdC não implica qualquer compromisso de fundos, pessoal e/ou quaisquer outros recursos de forma obrigatória.

Assinado em 8 de janeiro de 2021, em dois originais, cada um nos idiomas japonês, português e inglês, sendo todos os textos de igual valor. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Ministério das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

Ernesto Araújo

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pelo Ministério dos Negócios
Estrangeiros do Japão

MOTEGI Toshimitsu

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Celebrado em 08/01/2021

5. ARTIGOS E ENTREVISTAS

5.1. “A Política Externa como Política Pública: Prioridades” – artigo do Ministro Carlos França ao *Interesse Nacional*, ano 14, n. 54, julho-setembro de 2021

A política externa é, antes de tudo, uma política pública. Trata-se de uma obviedade, dirão alguns. E, efetivamente, não há aí nada de novo. Talvez pelas especificidades típicas da atividade diplomática, porém, a política externa é tão frequentemente vista como uma realidade estanque, é tão frequentemente associada a abstrações alheias ao concreto do país de que emana e do mundo a que se dirige, que não será demais reafirmar: a política externa – ao lado de tantas outras – é, sim, antes de tudo, uma política pública, conduzida, no caso do Brasil, pelo presidente Jair Bolsonaro, assessorado pelo ministro das Relações Exteriores.

O passo seguinte é extrair as consequências desse fato. Se é política pública, a política externa que faz sentido é aquela que está a serviço do interesse público. No nosso caso, é aquela que atende ao conjunto dos brasileiros, que responde a suas necessidades e a seus valores. Necessidades e valores formulados, como deve ser em uma democracia, pelo governo eleito, segundo determina a Constituição. A tarefa de levar adiante política externa assim entendida é sabidamente complexa – tanto pelo dinamismo de uma sociedade diversa como a brasileira, quanto pelas indefinições de um sistema internacional que, se tem espaços certos de cooperação, tem também instâncias de inegáveis tensões. Mas, complexa que seja, a tarefa é essencial. E o desafio primeiro do Ministério das Relações Exteriores é o de auxiliar o presidente da República a desempenhá-la.

O ponto de partida, a cada etapa, é identificar aquilo que os brasileiros esperam. Aquilo que esperam no calor da hora, aquilo que esperam no longo prazo. A partir daí se opera a política externa, que, estando o Brasil e o mundo em constante transformação, é sempre obra aberta.

Hoje, como assinalai já em meu pronunciamento de posse como chanceler, a sociedade brasileira confronta-se com três grandes urgências, que o presidente Jair Bolsonaro expressamente me instruiu a atacar: o combate à pandemia, a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável. Não são urgências exclusivas do Brasil, é claro, mas são muito fortemente urgências também do Brasil. Neste momento, portanto, estão no topo das prioridades de nossa política externa.

Sem dúvida, nenhuma delas esgota-se na perspectiva da política externa. Todas exigem, igualmente, e em larga medida, esforços internos, esforços que são objeto de outras políticas públicas, a cargo de outros órgãos que não o Itamaraty. Por isso é fundamental o diálogo permanente e fluido que nosso Ministério mantém não só com a sociedade, mas com os demais entes do Estado – no Executivo e além dele. O Congresso Nacional, por exemplo, tem aportes cruciais a oferecer no processo de construção de uma política externa sólida e eficaz.

Cuidemos de cada uma daquelas urgências, a começar pela de natureza sanitária. A pandemia, por definição, afeta os mais diferentes quadrantes do mundo. Desse modo, nada mais natural – e necessário – do que fazer-lhe frente em coordenação com outros países. Sobretudo o acesso a vacinas e a outros insumos médicos, indispensável na luta contra a Covid-19, depende de bem articulados exercícios de cooperação internacional. Daí a diplomacia da saúde em que nos lançamos.

É consensual que o mais grave gargalo para a aquisição de produtos farmacêuticos reside atualmente nas cadeias de suprimento, que se mostram aquém das demandas impostas pela pandemia. Junto a atores centrais daquelas cadeias, entre os quais sobressaem China, Estados Unidos e Índia, temos trabalhado para assegurar as doses de imunizantes e os ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs), necessários à continuidade de nosso programa nacional de vacinação. Da mesma maneira, temo-nos engajado pela transferência da tecnologia que nos permitirá produzir IFA no País. E, em foros como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), temo-nos empenhado em otimizar o uso das capacidades instaladas mundo afora e em remover as barreiras que persistem a uma disseminação mais ampla de remédios – valendo-nos, inclusive, das flexibilidades previstas no Acordo da OMC sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês).

É nessa direção que apontam a Iniciativa sobre Comércio e Saúde, que integramos na OMC, e a proposta que copatrocinamos, em maio de 2021, na Assembleia Mundial da Saúde. É nessa direção que apontam, ainda, iniciativas como o ACTAccelerator, a Solidarity Call to Action e a Covax Facility. A adesão à Covax Facility deverá garantir ao Brasil 42,5 milhões de doses de vacinas.

Em suma, o Brasil atua e seguirá atuando em favor de movimento internacional que contribua para o fim da pandemia aqui e em toda parte, com atenção especial para os países em desenvolvimento. E que contribua, a partir do aprendizado da Covid-19, para que o mundo esteja mais bem preparado em face de crises sanitárias futuras.

Outra urgência do nosso bloco de prioridades é a recuperação econômica

Em fins de 2019, progredíamos em agenda de reformas decisiva para a retomada do crescimento e dos empregos. Aprováramos a reforma da Previdência e prosseguíamos em pauta de consolidação fiscal e aumento da produtividade. Em 2020, a pandemia chegou a nosso País. Fomos rápidos em adotar políticas monetária e fiscal consistentes, que garantiram a liquidez dos mercados e preservaram a renda das famílias. Mas, se o impacto sobre a economia brasileira foi mitigado, ele, ainda assim, como era inevitável, fez-se sentir.

Agora, nosso governo envida esforços redobrados para o que será a retomada do crescimento pós-pandemia. O rumo na frente doméstica está dado. Em síntese, é o da modernização da economia. Pois é para esse horizonte que também a política externa se volta.

Capítulo relevante é o do comércio e dos investimentos internacionais. Uma maior e melhor inserção nos fluxos globais de bens, serviços e capitais é condição para mais competitividade e mais empregos.

É nessa ordem de ideias que o Brasil defende o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Na mais recente Cúpula do G20, o presidente Bolsonaro enfatizou o imperativo de se revigorarem os três pilares da OMC: o das negociações, o da solução de controvérsias e o de monitoramento e transparência. No pilar das negociações, perseguimos, especialmente, normas mais rígidas contra restrições e contra subsídios distorcivos ao intercâmbio de bens agrícolas; acordo sobre facilitação de investimentos; acordo sobre comércio eletrônico que, ao promover aquela modalidade de comércio, contenha

salvaguardas de proteção da privacidade; e acordo sobre regulamentação de serviços, para a harmonização e a simplificação de requisitos.

Ao mesmo tempo, vimos conduzindo, com nossos sócios, uma atualização do MERCOSUL. O esforço contempla uma redução gradativa da Tarifa Externa Comum e a celebração de novos instrumentos internos ao bloco, como o acordo de facilitação de comércio eletrônico. Contempla, ainda, e esta é vertente fulcral, a intensificação da agenda de negociações externas.

Concluimos as negociações de acordos de livre comércio do MERCOSUL com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e, após tratativas que se estenderam por duas décadas, com a União Europeia (UE). Temos a expectativa de assiná-los no mais breve prazo. Estamos cuidando de dissipar as percepções infundadas, em determinados segmentos na Europa, de que o acordo com a UE poderia ter efeitos negativos para o meio ambiente. Conforme recorda o próprio Comissário de Comércio da UE, aquele acordo incorporou os mais completos dispositivos de desenvolvimento sustentável entre os negociados até então por Bruxelas. De mais a mais, é reconhecido o caráter sustentável da agropecuária brasileira, cuja produtividade provém da inovação tecnológica, não da depredação ambiental.

Em paralelo, tencionamos ampliar o alcance dos acordos já em vigor com o México, a Índia e Israel; estamos negociando acordos de livre comércio com o Canadá, a Coreia do Sul, o Líbano e Singapura; e exploramos o caminho para negociações abrangentes com os Estados Unidos, o Japão e o Reino Unido.

Sobre as relações com os Estados Unidos, nosso governo trabalha para internalizar o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RTD&E) em matéria de defesa, firmado em março de 2020 e que intensificará iniciativas bilaterais de P&D de produtos de defesa; e o Protocolo sobre Regras Comerciais e de Transparência, assinado em outubro passado, em linha com os objetivos do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica Brasil-Estados Unidos (de 2011) e composto por três anexos: i) facilitação de comércio e administração aduaneira; ii) boas práticas regulatórias; e iii) anticorrupção. O protocolo tem por objetivo simplificação de trâmites de comércio exterior e diversificar os fluxos bilaterais de comércio e investimentos.

No âmbito de nossa diplomacia econômica, a China, como é evidente, tem lugar de destaque. Estamos concentrados em ampliar e diversificar nossas trocas com aquele que já é o primeiro destino das exportações brasileiras. Esse é um dos objetivos da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), mecanismo que se deverá reunir antes do fim de 2021.

Por fim, a aproximação crescente à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vistas a uma acesso plena, é outra via pela qual a política externa concorre para a modernização da economia brasileira. A OCDE, ademais de plataforma de definição de regras que não raro ganham curso generalizado no mundo, é celeiro de políticas públicas de qualidade. Estar ligado à OCDE significa influenciar padrões que acabam por consolidar-se em escala global e abrir-se a boas práticas em áreas que vão da gestão do Estado ao manejo de recursos naturais, passando pelo comércio e pelos investimentos.

A terceira urgência que mobiliza nossa política externa é o desenvolvimento sustentável

É certo que, na promoção do desenvolvimento sustentável, somos movidos, primordialmente, pela compreensão de que o planeta é um só e que urge preservá-lo para as gerações futuras. Não se pode negar, contudo, que a sustentabilidade adquire, no século XXI, ainda uma outra dimensão. Em distintas sociedades, a preocupação do consumidor com os aspectos ambientais e sociais das cadeias de produção torna-se variável de peso na equação econômica. Analogamente, fundos de investimento com atuação internacional, cada vez mais, pautam-se por critérios ambientais e sociais. Com isso, não é exagero dizer que a sustentabilidade é, hoje, para além de seu inequívoco valor intrínseco, tema de acesso a mercados e de atração de investimentos.

A boa notícia é que o Brasil não tem motivo para assumir atitude defensiva. Antes, o que se afigura aí, para nós, são oportunidades. Temos a nosso lado uma longa trajetória diplomática em torno do desenvolvimento sustentável – conceito, aliás, consagrado na Conferência do Rio de Janeiro de 1992. Acumulamos um notável patrimônio de soluções nesse domínio – agropecuária intensiva em tecnologia, matriz energética das mais limpas, rigorosa legislação de proteção ambiental. Esses são fatores que nos dotam de autoridade perante o mundo.

Autoridade que decorre, também, do nível de ambição de nossos compromissos internacionais. Em dezembro de 2020, o Brasil anunciou, ao amparo do Acordo de Paris sobre mudança do clima, como parte de sua Contribuição Nacionalmente Determinada, o compromisso de redução de 37% na emissão de gases de efeito estufa, em 2025, e de 43%, em 2030 (sobre valores de referência de 2005). Por ocasião da Cúpula dos Líderes sobre o Clima, em abril de 2021, o presidente Bolsonaro agregou, a este, três

compromissos adicionais: antecipação da meta de neutralidade climática de 2060 para 2050, duplicação do orçamento de fiscalização ambiental e eliminação do desmatamento ilegal até 2030. É esse sentido de responsabilidade que continuará a orientar a atuação do Brasil.

Combate à pandemia, recuperação econômica, desenvolvimento sustentável: essas são, pois, as urgências da política externa brasileira.

Isso não quer dizer, no entanto, que nos limitemos a elas. Nesta etapa da vida nacional, são as que mais ostensivamente clamam por nossa ação diplomática, de modo que, como observei, estão no topo de nossas prioridades. Mas a lista dessas prioridades é naturalmente mais extensa e comporta múltiplos recortes. A busca da institucionalidade multilateral, ferramenta por excelência de um país que se insere no mundo pela força do argumento e sob o primado do direito; a organização do espaço sul-americano, nossa vizinhança imediata, em função das possibilidades de integração, do enfrentamento de ilícitos que não respeitam fronteiras e da plena vigência da Carta Democrática Interamericana; a cooperação com a África, continente a que somos vinculados por laços históricos e em que crescem as oportunidades econômicas; o contínuo aperfeiçoamento dos serviços consulares com que contam mais de 3,5 milhões de brasileiros em mais de 100 países.

A enumeração ainda não é exaustiva. Mas, somada às urgências que resumidamente apresentei, já dá a medida do universo de prioridades de nossa política externa. Política pública, reitero, que, reflexo da pluralidade do Brasil e intimamente imbricada com outras políticas públicas, só se realiza no diálogo também para dentro do País.

6. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS

6.1. Post no X na ocasião da doação de carta pelo Instituto Vassouras Cultural ao arquivo histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro – 30 de junho de 2021

**Itamaraty Brasil**  
@ItamaratyGovBr

 [Translate post](#)

O [#MRE](#) agradece ao Instituto Vassouras Cultural a doação de carta de grande valor histórico ao arquivo histórico do [#Itamaraty](#) no RJ. A carta foi escrita por José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira.

Instituto Vassouras Cultural doa carta escrita pelo Barão do Rio Branco ao Escritório de Representação do Itamaraty no Rio de Janeiro



 **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

**Itamaraty Brasil**  
@ItamaratyGovBr · Jun 30, 2021

No documento de 1902, o Barão declarava ao desembargador Manuel Vieira Tosta Filho (1839-1922), Barão de Muritiba, as razões pelas quais aceitaria o cargo de Chanceler da recém estabelecida República brasileira, então chamada Estados Unidos do Brasil.

 1  1  8  

**Itamaraty Brasil**  
@ItamaratyGovBr · Jun 30, 2021

Ao longo de dez anos à frente do MRE (1902-1912), o Barão do Rio Branco negociou e consolidou as fronteiras nacionais de modo pacífico.

 1  2  15  

**Itamaraty Brasil**  
@ItamaratyGovBr · Jun 30, 2021

O arquivo histórico do MRE localiza-se no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, que sediou o ministério durante 80 anos, desde o início da República até a mudança da capital para Brasília.

  1  13  